



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA**

LEONARDO DOS SANTOS GONÇALVES

O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA MARÍTIMA:
o ensino de história e a valorização do mar como patrimônio
do Brasil.

Rio de Janeiro
2022

LEONARDO DOS SANTOS GONÇALVES

O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA MARÍTIMA:

o ensino de história e a valorização do mar como patrimônio do Brasil.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador(a): Paulo Vinícius Aprígio da Silva, Dr. em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

G635 Gonçalves, Leonardo dos Santos

O despertar da consciência marítima: o ensino de história e a valorização do mar como patrimônio do Brasil / Leonardo dos Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2022.

63 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Paulo Vinícius Aprígio da Silva.

1. História – Estudo e ensino. 2. Brasil. História naval. 3. Brasil. Marinha. 4. Recursos marinhos – Amazônia - Brasil. I. Silva, Paulo Vinícius Aprígio da. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

LEONARDO DOS SANTOS GONÇALVES

O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA MARÍTIMA:

o ensino de história e a valorização do mar como patrimônio do Brasil.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 05 de setembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Vinícius Aprígio da Sillva

Curso de Especialização em Ensino de História Colégio Pedro II

Orientador

Prof. Dr. Julio Cesar Paixão Santos

Curso de Especialização em Ensino de História do Colégio Pedro II

Profa. Me. Clarissa dos Santos Pinto Pires

Instituto de História da Universidade Federal Fluminense

Dedico a Cláudio da Cruz Gonçalves, meu amado pai.

AGRADECIMENTOS AO MEU AMADO PAI

Nesses dias, o senhor tem sido calmo, sereno e tranquilo, apesar de questões de ordem físicas, por isso tenho ainda mais gratidão e forte admiração pelo bom exemplo de pai e de bom amigo no decurso de nossas vidas. Na minha consciência repousa a certeza de que ontem, de que hoje e de que até o fim, serei protegido e amado por sua presença. Muito obrigado.

“E, quando subiram para o barco, acalmou o vento”.
(Mateus cap.14, vers.23)

RESUMO

GONÇALVES, Leonardo dos Santos. **A importância da consciência marítima do aluno**: o ensino da consciência marítima na educação básica e a valorização do mar como patrimônio do Brasil. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho tem por objetivo abordar as contribuições da consciência marítima para a formação do pensamento histórico na educação básica, particularmente nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a fim de despertar a reflexão sobre a importância do mar para a soberania e a unidade territorial do Brasil. A partir da análise do livro paradigmático *Coleção Explorando o Ensino – A Importância do Mar na História do Brasil* (2006), organizado pelo Ministério da Educação em parceria com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a pesquisa buscará propor ferramentas de valorização à área marítima na Educação Básica embasada nas teorias e metodologias gestadas na relação entre a História Militar e a História Política. Parte-se do entendimento de que a fonte permite ampliar bases teóricas, tornar as aulas mais dinâmicas com ferramentas de análise diversificadas, refletir sobre os significados estratégicos e econômicos do mar e das águas interiores, debater políticas públicas para aproveitamento e proteção dos recursos naturais e, sobretudo, apresentar a Amazônia azul como fundamental à sobrevivência e à prosperidade do país relacionando o passado, o presente e o futuro em aulas da disciplina História.

Palavras-chave: consciência marítima; Amazônia azul; patrimônio histórico; educação básica.

ABSTRACT

GONÇALVES, Leonardo dos Santos. **A importância da consciência marítima do aluno:** o ensino da consciência marítima na educação básica e a valorização do mar como patrimônio do Brasil. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

The present paper aims to address the contributions of maritime consciousness to the formation of historical thought in basic education, particularly in the final years of Elementary and High School, in order to awaken reflection on the importance of the sea for the sovereignty and territorial unity of Brazil. From the analysis of the paradigmatic book Collection Exploring Teaching – The Importance of the Sea in the History of Brazil (2006), organized by the Ministry of Education in partnership with the Interministerial Commission for The Resources of the Sea, the research will seek to propose tools for valuing the maritime area in Basic Education based on the theories and methodologies based on the relationship between Military History and Political History. It is based on the understanding that the source allows to expand theoretical bases, make classes more dynamic with diversified analysis tools, reflect on the strategic and economic meanings of the sea and inland waters, discuss public policies for the use and protection of natural resources and, above all, present the blue Amazon as fundamental to the survival and prosperity of the country relating the past, the present and the future in classes of the discipline History.

Keywords: maritime awareness; blue Amazon; historical heritage; basic education.

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

Figura 1 – Ilha Fiscal do Rio de Janeiro.....	26
Figura 2 – Museu Naval do Rio de Janeiro.....	27
Figura 3 – Espaço Cultural da Marinha no Rio de Janeiro.....	28
Figura 4 – Cronologia.....	44-45
Figura 5 – A vida a bordo dos navios veleiros.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJB - Águas Jurisdicionais Brasileiras

CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

CONVENÇÃO SOLAS - Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar

DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

ENEE - Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEPLAC - Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

MEC – Ministério da Educação

PC – Plataforma Continental

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEM – Planejamento Especial Marinho

SALVAMAR - Serviço de Busca e Salvamento Marítimo

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 O MAR COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA.....	17
2.1 O despertar da consciência marítima.....	17
2.2 A educação da Marinha gestada e gestora dos patrimônios do Brasil.....	23
3 EDUCAÇÃO PARA AS ÁGUAS: UMA ANÁLISE POSSÍVEL DO USO DA FONTE.....	31
3.1 A Marinha do Brasil e a educação básica.....	31
3.2 Contribuições didáticas da Amazônia Azul.....	35
3.3 Transposição didática e democratização dos conhecimentos.....	41
4 INTERVENÇÃO DIDÁTICA.....	53
5 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

O tema ao qual se dedica a pesquisa é o da consciência marítima a fim de pensar a importância da Marinha do Brasil para a história do país e as suas colaborações para a educação básica. O interesse no tema parte da minha própria experiência como militar da Marinha e pelo trabalho que realizo no Colégio Militar do Rio de Janeiro como monitor das turmas do 7º ano responsável pelo trabalho disciplinar desses alunos, transmitindo os valores da tradição militar como honestidade, companheirismo, lealdade, entre outros.

Enquanto instituição ligada que acompanha a formação do Estado brasileiro a Marinha participa ativamente da vida social, cultural, política e econômica. O mar é parte fundamental da vida dos brasileiros pois através dele que transitam mercadorias, pessoas e ideias desde os tempos da colonização, e com a inserção do litoral atlântico do continente nas rotas coloniais, inserindo-o nas dinâmicas comerciais da monarquia pluricontinental portuguesa (FRAGOSO; BICALHO; CORRÊA, 2011). Assim sendo, podemos afirmar que o mar abriga diversas riquezas que precisam ser preservadas e protegidas para que continuem a serviço do povo brasileiro.

No campo da História, faz-se necessário perceber que o relacionamento de muitas sociedades com o mar permitiu a ocupação de territórios, o transporte e a circulação de indivíduos, as disputas políticas em batalhas navais, a organização de rotas comerciais, as práticas religiosas, o domínio de povos sobre outros, o desenvolvimento de tecnologias, entre tantas outras habilidades, a partir do conhecimento e controle dos homens sobre a natureza, em especial, em sua relação com a água e ambientes aquáticos. Significa então afirmar que as águas, de fato, têm sido capazes de influenciar em determinada medida a forma como diversas sociedades se organizaram em diferentes tempos e espaços.

Desde a Antiguidade, é sabido que os mares têm fundamental importância para a manutenção da vida no planeta. Os conhecimentos sobre a água, em suas diversas dimensões, têm sido de extrema relevância para a sobrevivência da espécie humana, para a conservação e o equilíbrio da biodiversidade e também para as relações entre seres vivos e ambientes naturais (BACCI; PATACA, 2008). Partindo dessa ideia, o presente trabalho pretende abordar as contribuições da consciência marítima para a formação do pensamento histórico na educação básica, particularmente nos anos

finais do Ensino Fundamental, a fim de despertar a reflexão sobre a importância do mar para a soberania e a unidade do Brasil.

O pressuposto da pesquisa é a compreensão de que o tema da consciência marítima não é um tema explorado na educação básica. Promover o ensino do mar como recurso de grande importância para a sobrevivência humana poderá contribuir para a proteção e a valorização do patrimônio histórico nacional, como a Amazônia Azul. Tanto no ambiente escolar, quanto no ambiente fora da escola, a consciência marítima se manifesta nos afazeres mais cotidianos da vida dos estudantes sob a forma de ações políticas, de segurança, econômicas ou ambientais.

A ação política da concessão do estado do Rio de Janeiro para a empresa privada CCR que realiza a travessia de barca no itinerário Rio x Niterói, de acordo com a segurança da navegação e compromisso com a capacidade de passageiros. Ou ainda, o recurso da defesa e gestão sobre as águas jurisdicionais brasileiras na Ilha da Trindade, que a Marinha do Brasil é responsável por zelar. Na economia, grande porcentagem do comércio exterior e a extração do petróleo que o Brasil consome vem pelo mar. Além disso, o meio ambiente é privilegiado pela consciência marítima mediante o estímulo ao pensamento de conservar limpas nossas praias e rios.

Assim sendo, entende-se por *consciência marítima* os acontecimentos militares e não militares, atividades e circunstâncias, dentro e associadas ao ambiente marítimo de forma relevante para as atuais e futuras ações de um país associado com o domínio marítimo global, que possa impactar na segurança e defesa, na economia ou no meio ambiente. São classificados como ambiente marítimo os oceanos, mares, baías, estuários, rios, regiões costeiras e portos. Não obstante, está calcado na necessidade e no interesse de prover a interação entre órgãos governamentais, empresas privadas e Forças de Segurança, no âmbito interno e na comunidade internacional (FARIA, 2012, p.219).

A aproximação entre a consciência marítima e a vida cotidiana dos estudantes se dá através de diferentes meios e situações rotineiras. A pergunta que guia o trabalho é “como a consciência marítima pode contribuir para o ensino de história na educação básica?” A partir da análise do livro paradidático *Coleção Explorando o Ensino – A Importância do Mar na História do Brasil* (2006), organizado pelo Ministério

da Educação em parceria com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, a pesquisa visa a valorização da área marítima, que é tanto um recurso natural, quanto um bem coletivo dos brasileiros, na expectativa de provocar reflexões e responder o questionamento inicial.

O Brasil é um território marcado por recursos naturais em abundância, riqueza da fauna e da flora. Suas dimensões equivalem as de um país continental graças aos seus 8,5 milhões de km³ de extensão territorial e uma área verde como a Amazônia, popularmente conhecida como “pulmão do mundo”. Entretanto, há uma outra Amazônia cuja existência é menos popular e não menos necessária: a Amazônia azul – território de quase 4,5 km³ de extensão cuja relevância é imensurável para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país (FARIA, 2012, p.227). Nesse sentido, objetiva-se destacar as colaborações e as possibilidades do trabalho docente a partir da noção de consciência marítima em sala de aula.

A Marinha do Brasil adotou o termo “Amazônia Azul” para descrever as riquezas do litoral brasileiro, em especial o petróleo na camada pré-sal. A defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) depende da implementação de um conceito operacional de negação do uso do mar por parte de atores não autorizados. Para isso, a defesa da Amazônia Azul requer o monitoramento, ou seja, a capacidade de o Brasil obter consciência situacional marítima em seu litoral. Assim, os conceitos de consciência marítima e Amazônia Azul apresentam-se profundamente interligados e vitais para o desenvolvimento desta pesquisa.

O interesse no tema repousa no entendimento de que esse permite ampliar bases teóricas, tornar as aulas mais dinâmicas com ferramentas de análise diversificadas, refletir sobre os significados estratégicos e econômicos do mar e das águas interiores, debater políticas públicas para aproveitamento e proteção dos recursos naturais e, sobretudo, apresentar a Amazônia azul como fundamental à sobrevivência e à prosperidade do país relacionando o passado, o presente e as expectativas para o futuro do país nas aulas de História.

No primeiro capítulo, será apresentado um balanço da literatura já produzida acerca do tema consciência marítima e os diálogos que o tema pode estabelecer com os domínios da história militar e da história política por identificar neste caminho os subsídios necessários para organizar sólida base teórica. Ademais, os patrimônios históricos organizados pela Marinha do Brasil receberão destaque como veículos de

integração entre o conhecimento e a prática dos saberes da sociedade civil, especialmente para as escolas.

No capítulo seguinte, o debate conceitual gira em torno do que se pode identificar como mar e na análise do material selecionado como fonte. O conceito da consciência marítima enquanto proposta didática direciona a pesquisa para o conceito da Amazônia azul no horizonte do meio ambiente - tema obrigatório no ensino regular, conforme as orientações da Base Nacional Curricular Comum. Para o terceiro capítulo ficou reservada a análise da fonte somada à explanação do conceito da Amazônia Azul, no horizonte da consciência marítima, somando todos os conceitos chave trabalhados ao longo da pesquisa.

A proposta de intervenção didática é focada na inserção nos planejamentos de aula capazes de atrelar a consciência marítima aos conteúdos programáticos da disciplina História no currículo básico das escolas, especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental. Para cada planejamento, um episódio histórico articulado à consciência marítima para a reflexão das suas potencialidades à formação cidadã dos estudantes.

As reflexões dessa investigação objetivam a abordagem do conceito de consciência marítima na educação básica e os alcances de sua contribuição para o trabalho docente. O desafio consiste em pensar ferramentas para democratizar o tema da Amazônia Azul no ambiente escolar, calcado na hipótese de que a consciência marítima enriquece a educação básica à medida que pratica e promove valores ambientais (especialmente no meio marinho) rumo ao exercício da cidadania na defesa dos bens patrimoniais do Brasil. Uma vez compreendido o valor dos oceanos, tal habilidade será usada para reforçar as dimensões ambientais, de segurança, científica, econômica, cultural e social nacionais já trabalhadas nas escolas. Através da consciência marítima se faz possível entender o mar por seu valor histórico, símbolo de prosperidade e sustentabilidade ambiental e ecológica para a preservação da saúde dos oceanos assegurando que as gerações futuras também possam usufruir de seus recursos.

2 O MAR COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA.

2.1. O despertar da consciência marítima.

A presença marcante dos mares ao longo da história da humanidade padece de estudos aprofundados quanto às dimensões educacionais que possui. Todavia, faltam estudos atentos à democratização do tema da consciência marítima nas escolas regulares para a construção social da memória e a percepção crítica da sociedade. Carências nas quais se inscreve a originalidade desta pesquisa e campo profícuo para novas produções.

Dado que a tentativa de reestabelecer um passado perdido não pode ter sucesso completo em si mesmo (HOBBSAWM, 2013), serão tratados aspectos generalizantes para perceber detalhes da experiência marítima contemporânea. O ponto de partida será sinalizar que os mares são parte fundamental do desenvolvimento das diversas sociedades ao longo dos séculos e, por esta razão, os estudos dos mares exigem o refinamento técnico e profissional da ciência histórica em sua abordagem.

Em primeiro lugar, faz-se imperioso destacar que os elementos associados ao meio marinho causam impactos diretos na defesa, segurança, economia e meio ambiente do entorno estratégico de cada país. Os mares, rios e oceanos são promotores de benefícios financeiros pela circulação de equipamentos e mercadorias, bem como oportunizam o trânsito de informações, povos e culturas ao longo de toda a história da humanidade.

As primeiras civilizações da Idade Antiga - Mesopotâmia e Egito - desenvolveram modos de produção inéditos com o sedentarismo de suas sociedades graças ao desenvolvimento da agricultura relacionada aos rios Tigre, Eufrates e Nilo, respectivamente. Por sua vez, a relação das sociedades com as águas gerou fonte de inspiração tática e tecnológica para batalhas navais, tais como os conflitos entre submarinos na Segunda Guerra Mundial em meados do século XX.

Pode-se dizer que diferentes culturas e grupamentos humanos lidaram com a importância das águas enquanto recurso natural, político, cultural, social e, sobretudo, econômico. Atualmente, os avanços tecnológicos transformaram a via marítima em um campo logístico de provimento para a rede de abastecimento internacional. O

petróleo¹, por exemplo, tem boa parte de sua extração advinda do mar.

Deste modo, o conceito de consciência situacional marítima, ou apenas consciência marítima, é a tradução do termo *Maritime Domain Awareness* introduzido no cenário mundial após o episódio dos ataques coordenados pela Al Qaeda contra aos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001. O ataque ao World Trade Center em Nova York, popularmente conhecido como “Ataque às Torres Gêmeas”, foi um ato sem precedentes na história do país e não deixava lugar a dúvidas: serviu como um alerta à hiperpotência mundial que até esse momento julgava-se “invulnerável” (FARIA, 2012, p.217).

No campo das Relações Internacionais, houve significativo fortalecimento dos estudos interessados em aspectos de segurança e análises em torno do conceito de terrorismo². Não é objetivo deste trabalho travar análises minuciosas do evento ou dos debates conceituais em torno da temática; trata-se mais de levantar algumas hipóteses de natureza teórica a respeito da sua influência sobre a geopolítica do século XXI e a preocupação dos demais países do Ocidente para com a proteção das suas próprias fronteiras terrestres, marítimas e aéreas no intuito de precaver situações adversas e confrontos entre nações.

A iniciativa mais sistemática de codificar conceitos referentes aos assuntos marítimos é datada do ano de 1986, realizada pela Organização das Nações Unidas em uma conferência para mais de 160 Estados costeiros participantes, tendo o Estado do Brasil ratificado a Convenção em 1988. As resoluções estabeleceram princípios gerais da exploração dos recursos naturais do mar – dos recursos vivos (como as espécies marinhas), do solo (como a zona econômica) e do subsolo (como o petróleo) – e postularam a fundação do Tribunal Internacional do Direito do Mar, responsável por regular a aplicação do direito internacional para a soberania de cada nação sobre as águas adjacentes (CNUDM, 1988).

Em linhas gerais, a Convenção declara que os recursos minerais da área internacional dos oceanos são patrimônio comum da humanidade e cria a Autoridade Internacional dos fundos Marinhos para organizar e controlar as atividades relativas

¹ Sobre a questão do petróleo, ver: YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. RJ/SP: Paz & Terra, 2020.

² Sobre o assunto, ver mais em WELLAUSEN, Saly da Silva. **Terrorismo e os atentados de 11 de setembro**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 14(2), p.83-112, out. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000200005>> Acesso em: 22 mai. 2022.

ao aproveitamento desses recursos (SILVA, 2012, p. 1526). Ou, em outras palavras, o aproveitamento econômico dos recursos da área marítima só veio a ser seriamente considerado a partir da segunda metade do século XX, concluindo que a pretendida liberdade de trânsito carecia do elemento subjetivo (a opinião juris) de uma norma costumeira (TRINDADE, 2003, p.42).

Do mesmo modo, os desafios da segurança marítima são complexos e de longa data, sem previsão de chegarem ao fim uma vez que o tráfego por vias marítimas está em permanente fase de ampliação (FARIA, 2012). A palavra segurança refere-se, neste contexto, a uma percepção da sociedade quanto ao estado de estabilidade e o risco de ameaças.

São as mercadorias transportadas, as transferências de bens e o desenvolvimento dos centros comerciais que afetam a cadeia produtiva ao mesmo tempo que aumentam a vulnerabilidade dos componentes do setor marítimo. Para atender as dinâmicas do mercado, o setor marítimo funciona como palco de transações comerciais entre diversos órgãos interoperáveis, sejam de natureza pública ou privada.

Quanto maior a cadeia produtiva, mais combatidos tendem a ser os componentes do setor marítimo nos quesitos de acompanhamento e monitoramento do tráfego. Uma solução possível repousa na ideia de que

A melhoria na “conscientização marítima” trará segurança para os estados costeiros, em decorrência da expansão das atividades de inteligência, vigilância e identificação. A parceria com o setor privado, cujos interesses são comerciais, e as forças de segurança marítima das nações contribuirá para redução dos perigos originados pelo descontrole do transporte marítimo mundial (FARIA, 2012, p.216).

Três anos após o fatídico episódio das “Torres Gêmeas”, em dezembro de 2004, o Brasil expediu uma diretiva para a criação do Comitê de Coordenação da Política de Segurança Marítima sob a prerrogativa de que “todas as áreas e fatos de, sobre, sob, relativos a, subjacentes a, ou limítrofes a um mar, oceano, ou outra via navegável, incluindo todas as atividades marítimas relacionadas a infraestruturas, pessoas, cargas, navios e outros meios que devem ser de conhecimento e controle do Estado” deveriam estar sob domínio pleno do mesmo (FARIA, 2012, p.225-226).

Ao longo das últimas décadas, especificamente desde os anos 2000 até os dias mais atuais, o conceito aufere diferentes análises e conta com ressignificações. Na aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos da Escola de Guerra Naval no ano de

2012, o almirante de esquadra João Afonso Prado Maia de Farias sintetizou os movimentos intelectuais em torno da expressão “consciência marítima” ao alegar que houve uma mudança da sua nomenclatura, mas não exatamente do seu significado essencial que

(...) é o efetivo entendimento de qualquer fato, associado com o domínio marítimo global, que possa impactar na segurança e defesa, na economia ou no meio ambiente (FARIA, 2012, p.219).

Ainda segundo Faria (2012), a expressão “consciência situacional marítima” foi desenvolvida a partir da ideia de “consciência do domínio marítimo”, cunhada no âmbito dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2006 após uma reunião de cúpula em Riga, na Letônia. A substituição de “domínio” para “situacional” transmite a noção da cooperação internacional entre os países e o entendimento de que acontecimentos militares ou não militares, atividades e circunstâncias, dentro ou associadas ao ambiente marítimo são relevantes à atenção dos Estados nacionais.

Conforme as resoluções da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e Acordo Relativo à Aplicação da Parte IX da Convenção de 1998, o ambiente marítimo é composto por oceanos, mares, baías, estuários, rios, regiões costeiras, portos, entre outros elementos básicos. Esses são marcados, em linhas gerais, pela característica comum da situação variável nos níveis de comando, estratégia, operações e táticas nas regiões litorâneas, exigindo a transparência do âmbito interno e da comunidade internacional para protegê-los de modo eficaz.

A Marinha do Brasil incorporou o conceito à sua doutrina como uma de suas principais atribuições subsidiária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (FONSECA, 2016). Assim, tornou-se signatária da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção SOLAS, 1974), da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, Jamaica 1982) e da Convenção Internacional de Busca e Salvamento Marítimo (Hamburgo, 1979). As primeiras ações para adequação ao conceito no Brasil foram tomadas pela Marinha do Brasil logo após os ataques aos Estados Unidos da América, como dito anteriormente, reforçando a preocupação iminente para com a segurança nacional (PINTO, 2013).

Os objetivos da consciência marítima na organização da Marinha do Brasil em tarefas essenciais para o desenvolvimento de capacitações nos seguintes tópicos: a) monitoramento contínuo do domínio marítimo; b) o acesso e a manutenção de dados

e informações sobre navios, facilidades e infraestruturas portuárias; c) coleta, fusão, análise e disseminação de informações inteligíveis sobre a situação; d) acesso, desenvolvimento e manutenção de dados sobre performances das missões (FONSECA, 2016). Por meio destas ferramentas, o objetivo de facilitar as tomadas de decisão de forma acurada e com a devida antecedência é atingido.

A grosso modo, a consciência marítima não determina como as ações logísticas devem ser executadas, mas as apresenta os conhecimentos necessários para que as ações sejam tomadas com precisão e coerência. Grande parte da produção bibliográfica referente ao conceito e à temática, de maneira geral, é fruto dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos no interior das próprias forças armadas, especificamente pela Marinha do Brasil, haja vista, por exemplo, os periódicos produzidos pela DPHDM – a *Revista Marítima Brasileira*, criada em 1851, e a *Revista Navigator*, criada em 1968. Mesmo com cem anos de diferença entre as criações, as revistas expressam a atualidade do tema e o anseio do DPHDM em colaborar para a escrita da história marítima do Brasil.

Outro exemplo é o curso de Política e Estratégia Marítimas oferecido pela Escola de Guerra Naval no Rio de Janeiro, realizado ao longo da carreira do oficial que pretende maior desempenho das suas funções nos diversos escalões, desde o posto de Capitão Tenente até o mais alto grau hierárquico na instituição, o qual é Almirante de Esquadra. A descrição disponibilizada pelo *site* oficial da Marinha indica que o processo formativo é composto por diversas etapas e diferentes vertentes no ensino.

Os currículos dos cursos são organizados segundo os parâmetros das Diretrizes Básicas da Marinha e a Doutrina Básica da Marinha, anteriormente mencionada, uma vez aprovados pelo Estado Maior da Armada totalizando quatro áreas de estudo no Departamento de Ensino. São elas:

- **AE I - OPERAÇÕES NAVAIS E JOGOS DE GUERRA;**
- **AE II - ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA;**
- **AE III - POLÍTICA E ESTRATÉGIA;**
- **AE IV - OPERAÇÕES DE FUZILEIROS NAVAIS.**

Os cursos destinam-se a suplementar e fomentar os estudos, pesquisas e intercâmbio acadêmico com ênfase no pensamento político-estratégico marítimo

brasileiro, justificando a inserção do debate sobre consciência marítima no universo das produções acadêmicas recentes.

As atividades de ensino são apoiadas pelos Departamentos de Recursos Didáticos que executa todas as atividades de apoio ao ensino, como a elaboração de recursos necessários às atividades de ensino e a administração da Biblioteca; também, tem sob sua responsabilidade a supervisão e a manutenção da rede de informática. Na dinâmica interna da organização, o conceito de consciência marítima transpassa todos os níveis do conhecimento ali produzido e desperta a curiosidade dos interessados no assunto, tanto militares quanto civis.

As mesmas assertivas apresentadas em Fonseca (2016) também aparecem em Bittencourt; Loureiro (2012) em relação ao fato de que a Marinha do Brasil está diretamente envolvida no processo de valorização da cultura nacional e, conseqüentemente, uma das principais responsáveis pela difusão do conceito chave desta pesquisa. Os autores observam que o interesse em torno do passado é refletido na expansão do Ensino Superior em História através dos cursos de graduação e dos programas de Pós Graduação no país, atrelados às buscas da sociedade por referenciais do passado com a formação de profissionais qualificados e especialistas.

A expansão do ensino superior reflete também no alargamento de outras redes dialógicas à história e à historiografia como o mercado editorial, os espaços de memória e na realização de eventos para debates públicos. Os museus enquanto espaços de memória e aprendizado, sendo o Museu da Marinha classificado de modo particular como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania. Isto é,

A Marinha do Brasil está inserida nesse processo de valorização da cultura histórica nacional. Para tanto, congrega uma série de atividades culturais em sua Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação, para preservar sua própria memória e para ampliar a consciência marítima no País. Além de manter o Arquivo e a Biblioteca da Marinha, a Diretoria estabelece estreita relação com o público, por meio do Museu Naval, do Espaço Cultural da Marinha e da Ilha Fiscal (BITTENCOURT; LOUREIRO, 2012, p.10).

De acordo com os autores, o complexo - Museu Naval, Espaço Cultural da Marinha, Biblioteca da Marinha e Ilha Fiscal - fomenta um importante instrumento de educação formal e informal mediante o esforço de incluir várias histórias, compreender distintas linguagens e circular pelos diversos campos da disciplina história: história política, econômica, social, militar, história da tecnologia e da arte. São espaços que guardam registros inéditos e viabilizam o acesso do público diversificado a episódios

da história do país e do mundo a partir da temática comum das experiências humanas nos mares, fomentando a consciência marítima de valorização dos domínios marítimos através do patrimônio cultural.

2.2. A educação da Marinha gestada e gestora dos patrimônios do Brasil.

Por muito tempo na historiografia o conceito “patrimônio” esteve acompanhado por palavras como “histórico” ou “artístico”, determinando certa limitação imediata ao que poderia ou não ser caracterizado como objeto da ação preservacionista e, conseqüentemente, da preservação da memória. Há certo acordo entre a comunidade intelectual interessada nos estudos dos patrimônios acerca da implantação de ações integradoras da sociedade aos acervos, visando aprimorar a ligação da sociedade com os espaços de cultura (CARVALHO; MENEGUELLO, 2020).

Existe uma diferença significativa na classificação dos patrimônios: o patrimônio natural é composto por riquezas do solo e subsolo, como as florestas e as jazidas, já o patrimônio cultural vem sendo continuamente ampliado à medida que o conceito de cultura é revisado. Até o século XX, patrimônios culturais eram restritos a prédios, objetos e propriedades, desconsiderando a diversidade dos bens materiais e o valor das manifestações da cultura igualmente dignos de estudos aprofundados e políticas de preservação (CASTRIOTA, 2009, p.18-31).

São vários os instrumentos legais de proteção ao patrimônio cultural brasileiro³ e refletem o movimento do campo patrimonial visto que este é instrumento de mediação, negociação de sentidos e significados que ligam os indivíduos às suas identidades em tempos distintos. A tarefa de compreender que o uso de tais instrumentos incide diretamente na dinâmica da vida em sociedade, torna inteligível o que se pode fazer com e a partir dos patrimônios para a vida em sociedade (CHAGAS, 2006).

Com a aproximação do século XXI houve a ampliação do conceito de patrimônio que incluem as festas populares, as danças, as comidas, entre outros, contribuíram bastante para o debate acerca dos patrimônios. O patrimônio é constituído por bens heterogêneos tangíveis e intangíveis, destacando ainda que a

³ Sobre o tema, ver SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

base comum é a referência à história ou à arte. O patrimônio é vivo e está em permanente processo de redescobrimto dos seus significados, configurando-se por meio das relações diversas que uma sociedade mantém com a sua própria história (BENHAMOU, 2016, p.11).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em 1937 originalmente vinculado ao Ministério do Turismo, responsável por zelar pelo patrimônio cultural do país. Por zelo ao patrimônio entende-se as ações e regulamentações de tombamento, fiscalização, restauração, conservação e conscientização dos bens históricos, artísticos, arqueológicos e áreas de interesse histórico e paisagístico, fatores de suma importância para a formação da identidade nacional. Em suma, o diálogo entre patrimônio, cultura e educação estabelece uma leitura particular do mundo, levando os indivíduos à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Aos poucos o discurso mais tradicional restrito à salvaguarda em relação aos patrimônios deu lugar ao conceito de “patrimônio cultural”, englobando as qualificações que um patrimônio pode ter como edificado, arqueológico, ecológico, ambiental-urbano, paisagístico, turístico, moral, entre outros. É possível compreender o complexo cultural organizado pela Marinha do Brasil como um condensador desses elementos e promotor da consciência sobre a importância dos mesmos. Isto é,

(...) espaço dinâmico, de informação, de lazer e de educação, que cria áreas de difusão histórico-culturais com a finalidade de despertar a consciência do público para a preservação do patrimônio artístico, cultural e histórico (MOURA;DIAS, 2010, p.127).

O diálogo ainda mais amplo entre o complexo cultural da Marinha, a valorização do protagonismo dos “homens dos mares” e a abordagem da Amazônia azul como patrimônio do Brasil pode ser aprofundado (FUNARI; PELEGRINI,2006). De acordo com os autores, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) representa atualmente o principal sistema de comando e controle da Marinha, englobando tarefas de vigilância, monitoramento, prevenção a poluição e da salvaguarda da vida humana no mar.

O conjunto de tais tarefas demonstra o exercício e o comprometimento com o conceito de consciência marítima à medida que propõe ações consonantes entre a teoria e a prática. Já o alcance da consciência marítima dependeria da colaboração e do incentivo da sociedade civil para as atividades executadas pela Marinha do Brasil,

determinada pela prerrogativa de popularizar o próprio conceito para o público mais geral e diversificado possível enquanto prática cidadã em participar dos assuntos nacionais. Ou seja, subentende-se que a função dos civis seria, no limite, colaborar e incentivar as atividades executadas pela Marinha do Brasil na vida cotidiana.

Por conta da possibilidade de interação entre os debates teóricos e as instituições museológicas, ambos fomentados pela Marinha do Brasil, o circuito expositivo do Museu Naval chama a atenção por materializar e divulgar a consciência marítima entre os pavimentos de suas exposições e atividades pedagógicas propostas. Deste modo, cumpre o papel social das instituições museológicas de não apenas apresentar-se enquanto espaços destinados à guarda, conservação e estudo das artes e das ciências, como também como veículo de integração da sociedade à sua própria história e costumes que permeiam a memória (ARNAUT; ALMEIDA, 1997, p.45-52).

O estabelecimento de estratégias conectivas entre educação escolar e o espaço dos museus, por exemplo, é fundamental para promover o debate sobre ensino e aprendizagem nos ambientes formais e não formais (SANTOS, 2008, p.22-24). Para Funari e Pelegrini (2006), a qualidade do Museu Naval consiste justamente no princípio da interatividade educativa pela sua organização interna que

(...) além da narrativa coesa proposta pela disposição de seu acervo, destaca-se a possibilidade de interação entre o museu e os visitantes, que podem, por exemplo, ver e cheirar as especiarias, experimentar o peso de uma réplica de bala de canhão do século XVII e ativar a Batalha Naval do Riachuelo, graças a uma maquete virtual que combina história e tecnologia digital (BITTENCOURT; LOUREIRO, 2012, p.17).

As orientações extraídas do *site* do Departamento do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha são basilares para a compreensão das potencialidades educativas do complexo. A Ilha Fiscal foi transferida para a Marinha pelo Ministério da Fazenda, em 1913, e no passado foi palco de grandes eventos. Cenário do episódio conhecido como “O Último Baile do Império”, realizado alguns dias antes da Proclamação da República, a Ilha Fiscal continua sendo um elo entre o presente e o passado.

Décadas se passaram e o “castelinho”, como é chamado por muitos, tornou-se uma das principais atrações turísticas do Rio de Janeiro. Na Ilha Fiscal, destacam-se o Torreão e a Ala do Cerimonial. Exposições temporárias também são atração, evidenciando a participação da Marinha do Brasil no desenvolvimento econômico e

social do País.

Figura 1: Ilha Fiscal.



Fonte: Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Acesso em 07 mar. 2022.

Por sua vez, o Museu Naval fica localizado em um prédio centenário no centro da cidade do Rio de Janeiro e possui, em seu acervo, modelos navais, obras de arte, canhões resgatados de navios naufragados, figuras de proa, medalhas e documentos históricos. A exposição de longa duração O Poder Naval na Formação do Brasil ocupa sete salas do pavimento térreo do museu e destaca a importância do Poder Naval na história do País. O Museu Naval possui uma Sala de Ação Educativa, onde ocorrem peças teatrais e atividades de arte-educação para o público infanto-juvenil que será abordada com maior fôlego no capítulo seguinte (DPHDM).

Figura 2: Museu Naval.



Fonte: Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Acesso em 07 mar. 2022.

Já o Espaço Cultural da Marinha é um centro cultural situado no bairro do Centro, na Zona Central da cidade do Rio de Janeiro. Com uma área expositiva de cerca de 1,1 mil m², localiza-se na Orla Conde, entre o Largo da Candelária e a Praça XV, subordinado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Instalado nas antigas docas da Alfândega, sobre uma área aterrada na segunda metade do século XIX, o espaço foi inaugurado em 20 de janeiro de 1996. O local abriga parte importante do acervo da Marinha do Brasil. Do museu, saem diariamente embarcações para a Ilha Fiscal, local onde ocorreu o Baile da Ilha Fiscal, e para a entrada da Baía de Guanabara, onde os passageiros podem conhecer diversos pontos turísticos e históricos do redor (DPHDM).

Figura 3: Espaço Cultural da Marinha.



Fonte: Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Acesso em 07 mar. 2022.

O suporte teórico e metodológico para a análise do objeto, bem como do papel social ocupado pela Marinha no Brasil na divulgação do conceito chave da pesquisa, é a História Militar. A partir dos anos 1980 quando a historiografia no Brasil passa por um momento de reformulações e novas abordagens com a crise dos paradigmas deterministas, a História Militar passa a adotar a perspectiva interdisciplinar, o que implica o estudo da economia, sociologia, psicologia social, ciência política, filosofia, antropologia, entre outros aspectos da guerra (CASTRO, 2004).

Não obstante, passa a relativizar a guerra como objeto exclusivo da história militar e propõe novos objetos e abordagens, como a consciência marítima. Por fim, rejeita a sujeição aparentemente automática da história militar à história política, questionando as razões do Estado e mobilizando críticas assertivas às explanações históricas dos episódios (SANCHES, 2010, p.22-25).

Apesar da aparente ligação imediata com a história política e a impressão de dedicar-se apenas aos estudos das guerras, a história militar oferece um espaço aberto às reflexões sobre diplomacias, identidades, conflitos e negociações, contextos de guerra e agentes históricos. Um dos muitos campos complexos de organização do pensamento historiográfico, que nasce no momento da fragmentação das especialidades e interdisciplinaridade entre os saberes científicos. Críticas e dilemas a parte, a saída para fugir do possível empobrecimento da pesquisa no compartimento da história militar é não utilizar a classificação como pretexto ou limite para o seu isolamento⁴.

Historiadores de carreira, e não militares, contribuem sistematicamente para o campo que alcança diálogos frutíferos com a antropologia através da compreensão de temas não convencionais à história militar. Estudos de minorias em contextos de guerra, os problemas de identidade cultural no seio dos exércitos e as tradições culturais de longa duração na composição das forças armadas, como por exemplo a tradição dos samurais no exército japonês, ou ainda a consciência marítima passam, assim, a receber a atenção dos profissionais como sugerem Soares e Vainfas (2012).

⁴ Apesar de não ter sido investigada e citada diretamente por José Barros, a história militar se enquadra no movimento da fragmentação de especialidades na historiografia brasileira uma vez que a história militar não pode ser rigorosamente encaixada dentro de um único campo de pesquisa. Ver mais em BARROS, José Costa D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: 2004, 15-21.

De qualquer modo, vale a pena repetir que a história militar nasceu, no Ocidente, no coração da própria história, enquanto crônica testemunhal, além de entrelaçada com a história política. No século XIX, quando a história consolidou seu estatuto científico, ancorada em métodos refinados para o tratamento das fontes e reconstituição factual, a guerra e a política ocupariam posição de destaque no trabalho dos historiadores, pelo menos no âmbito dos compêndios e das “histórias nacionais” (SOARES;VAINFAS, 2012, p.121).

A história militar chama a atenção para a investigação do tema central desta pesquisa por deixar de ser um apêndice da história política e considerar temas plurais relacionados direta ou indiretamente ao objeto por excelência do campo, isto é, o ato de guerrear. A produção historiográfica mais recente mobilizou uma estrutura de pesquisas e ensino da história militar, altamente especializada na análise e interpretação de fatos militares não apenas para o ensino nas escolas de cadetes – como vimos nas páginas anteriores pela disposição dos currículos das Diretrizes Básicas da Marinha e a Doutrina Básica da Marinha -, mas também para prestar assessoria aos comandos – como a capacitação do pensamento político-estratégico marítimo brasileiro, abordado anteriormente.

A fim de que os conhecimentos acerca da consciência marítima alcancem um número cada vez maior de interessados, militares de carreira ou não, a presente pesquisa direciona o debate para as fileiras escolares do ensino básico por entender que temas clássicos da historiografia podem – e devem – ser revisitados a partir de novas lentes de análise e novas problemáticas conceituais quando conectadas a história militar, a história sociocultural ou socioeconômica, a memória, as relações internacionais, o meio ambiente, as metamorfoses identitárias, entre outras abordagens da História.

O despertar da consciência marítima nos cidadãos, líderes das várias atividades da sociedade civil e do governo revela-se como potencial instrumento para assegurar a qualidade de vida e o bem estar dos cidadãos, baseado na força internacional que o país tem para defender os seus interesses. Por meio da prática e da promoção do conceito, há de ser estimulada a valorização dos recursos hídricos do país, especialmente relativos à vida marinha, às negociações e conflitos entre povos, bem como ao desenvolvimento sustentável. O ambiente escolar torna-se, assim, espaço proficiente para o estímulo à visão compreensão multidisciplinar que envolve diversas áreas do conhecimento, incluindo a história, e global porque é relativa a todo o planeta – como veremos adiante.

3 EDUCAÇÃO PARA AS ÁGUAS: UMA ANÁLISE POSSÍVEL DO USO DA FONTE.

3.1. A Marinha do Brasil e a educação básica.

“O que seria do Brasil sem o mar?”⁵, provocou o oceanógrafo Frederico Brandini em palestra ao Museu do Amanhã em 2019. Grandes temas da história como a conquista da América pelos europeus na Idade Moderna, o processo da colonização no território do atual Brasil, a chegada da Coroa portuguesa e o Império brasileiro, o tráfico atlântico de escravizados africanos ao longo de quase quatro séculos, a Guerra do Paraguai e o grande volume do comércio agroexportador até os dias atuais, por exemplo, permitem travar franco debate sobre a importância das atividades relativas aos mares no processo de formação histórico do país.

História é um componente curricular obrigatório no ensino fundamental e no ensino médio, basilar para a formação integral dos indivíduos e viabilizar a construção de conhecimentos significativos particulares ao refletir sobre as transformações socioeconômicas, políticas e culturais em uma espécie de ponte entre passado e presente, desenvolver valores da cidadania e (re)construir identidades. Compreender o papel social de agentes da história e adquirir consciência de si e do mundo são princípios que norteiam a educação como um todo, mas que têm destaque ainda maior no estudo da História. Em outras palavras, significa dizer que

(...) aprender a ser sujeito da história, adquirir a consciência do mundo como o ser-estar do-homem-no-mundo e saber praticar esta consciência em prol da construção de um mundo cada vez mais humano, de modo que por meio de seus atos o homem o construa como um mundo cada vez mais para si mesmo, isso dá certo sobretudo quando se começa desde pequeno (FALLEIROS, 2005, p.5).

Nessa perspectiva, os estudos em História envolvem um trabalho coletivo e interdisciplinar, que engloba a vivência e a compreensão de realidades específicas, a formação de conceitos e o desenvolvimento de habilidades para a construção dos conhecimentos científicos e saberes escolares. Os saberes são múltiplos e não devem ser reduzidos, exclusiva ou principalmente, aos processos mentais pela ação cognitiva dos indivíduos, mas também saberes sociais, manifestados nas relações complexas entre professores e alunos no processo educativo (TARDIF, 2002, p.16-18).

⁵ Palestra de Frederico Brandini no Evento Conexão Oceano, realizado no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, em 03 de setembro de 2009. Disponível em: <https://www.io.usp.br/index.php/noticias/1190-o-que-seria-do-brasil-sem-o-mar-provoca-frederico-brandini.html> Acesso em 17 mar. 2022.

Significa dizer que as escolas são espaços de formação, inovação, experiência e desenvolvimento pessoal e profissional, assim como, lugar de pesquisa e reflexão crítica sobre os assuntos abordados. Trazer o conceito de consciência marítima para o ambiente escolar através da disciplina histórica pode contribuir para a mobilização dos saberes (TARDIF, *op. cit.*). Neste caso, torna-se possível demonstrar o interesse em contribuir para a “mobilização de saberes”, como expressa o autor, e ainda transmitir uma ideia de movimento, construção, constante renovação e valorização de saberes plurais, não apenas os cognitivos.

A relação entre teoria e prática também é analisada pelo autor como ideia engessada e arcaica, à primeira vista. Se o saber está somente ao lado da teoria, enquanto a prática é desprovida de saber, logo, entende-se que o saber é produzido fora da prática. Pelo contrário, hoje é possível identificar o que chamamos de teoria como parte de um sistema de práticas e de atores que as produzem, dinamizam e modificam, de forma individual e no seio do coletivo ao qual estão integradas.

O desafio que se impõe é pensar o *modus operandi* de determinadas temáticas e conceitos para abordagens frutíferas e qualificadas entre professores e alunos na prática pedagógica. É na dimensão pedagógica que reside a possibilidade de intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo (LIBÂNEO, 2000, p. 13).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a articulação entre teoria e prática nos estudos de história envolvem

(...) uma metodologia de pesquisa e de organização de novos conhecimentos, que requer atividades anteriores à visita, levantamento de questões a serem investigadas, seleção de informações, observação de campo, confrontação entre os dados levantados e os conhecimentos já organizados por pesquisadores, interpretação, organização de dados e conclusões. Possibilita o reconhecimento da interdisciplinaridade e de que a apreensão do conhecimento histórico ocorre na relação que estabelece com outros conhecimentos físicos, biológicos, geográficos, artísticos (PCN, 1997, p.93) .

Os inegáveis avanços para a educação nacional a partir da elaboração dos PCN's coexistem com críticas referentes aos dilemas que os mesmos evidenciam como os conflitos e as dificuldades sociais, tanto na introdução, quanto no material de história, quanto nos temas transversais. Por outro lado, desperta reflexões quanto a atenção para aspectos multiculturais e étnicos da formação da sociedade brasileira segundo noção homogeneizadora do ambiente escolar, em que os conflitos e as dificuldades de toda ordem – materiais, pedagógicos e sociais – são por vezes

negligenciados (AVELAR, 2012, p.48).

A respeito das metodologias do campo, conclui-se que o trabalho pedagógico demanda referências conceituais básicas e competências teórico-práticas para a execução das tarefas didáticas no processo formativo. A preocupação com “o quê” deve ser ensinado e “como” deve ser ensinado tem sido pauta para copiosa bibliografia, por vezes obstinada a investigar as relações entre teoria e prática, afinal, são questionamentos basilares sobre a finalidade do processo de ensino-aprendizagem.

O currículo da disciplina História é pensado de modo a incentivar o diálogo, o debate, a reflexão, o resgate e a consciência sobre variados assuntos que permeiam a vida do indivíduo em sociedade. Interessa-nos, de forma particular, a reflexão sobre a relação entre o homem e a natureza, nas dimensões culturais e materiais, individuais e coletivas, contemporâneas e históricas, envolvendo a construção de paisagens e o discernimento das formas de manipulação, uso e preservação da fauna, flora e recursos naturais, proposta pelo PCN por calcificar os pilares da consciência marítima em sala de aula valendo-se da premissa de que

Os elementos antes tidos como naturais ou mesmo neutros das propostas curriculares são colocados em perspectiva histórica, desvelando-se seus pressupostos ideológicos mais ou menos implícitos. O pensamento crítico, dessa forma, não pode render-se ao formalismo curricular, aos seus conteúdos, propostas e metodologias. Afinal, o que está em jogo na elaboração dos currículos escolares de História nada mais é do que a definição de quais conhecimentos e conteúdos da cultura comum merecem ser transmitidos (AVELAR, 2012, p.45)

O instrumento que permite tal reflexão é o livro paradidático da Coleção Explorando o Ensino – A Importância do Mar na História do Brasil (2006), fonte primária da presente pesquisa. A coleção é composta por 22 volumes em diferentes áreas do conhecimento, direcionados ao Ensino Fundamental e Médio e sob o objetivo de contribuir para o trabalho docente enquanto ferramenta de reflexão teórica de assuntos abrangentes.

O primeiro volume foi lançado em 2004 na área de Matemática e ao longo dos anos foram sendo publicados os demais volumes e recortes temáticos. No mesmo ano, a obra foi reeditada e foram publicados o volume 2 para o ensino fundamental e o volume 3 para o ensino médio. Na área das Ciências da Natureza, os volumes 4 e 5 de Química foram publicados entre 2004 e 2005, bem como o volume 6 de Biologia e o 7 de Física em 2005. Os volumes 9 e 10 foram dedicados aos estudos da Antártica

e o Brasil no Meio Ambiente Antártico, respectivamente, e os volumes 11 e 12 dedicados aos estudos da Astronomia. A área de Ciências Humanas foi contemplada com a publicação do volume 8 de Geografia em 2005 intitulado “O Mar e o Espaço Geográfico Brasileiro” e o volume 13, “A Importância do Mar na História do Brasil” para o Ensino Fundamental e Médio.

A exceção dos três primeiros, nenhum volume foi reeditado e a sequência de publicações se estendeu até o ano de 2011, totalizando os 22 volumes da coleção. O volume 21 lançado em 2010 foi dedicado ao ensino de história no Ensino Fundamental, apresentando conceitos básicos da disciplina como memória, tempo, lugar, experiência e identidade para refletir sobre os usos da História e o que se pode aprender com a disciplina (BRASIL, 2010, p.212). Ferramenta importante para articular a produção do conhecimento acadêmico e o cotidiano em sala de aula, nutrindo os saberes escolares tanto dos educadores quanto dos educandos.

Com destaque para o volume 13 – A Importância do Mar na História do Brasil, coordenado por Carlos Frederico Simões Serafim e organizado por Armando de Senna Bittencourt, chama a atenção a especificidade do tema dos mares escolhido para a abordagem geral das ciências humanas no Brasil no início do século XX.

Significa dizer que não só os profissionais de instituições acadêmicas, militares, escoteiros e escolas navais, fundações de pesquisa e curiosos interessados no debate ou, no limite, aos frequentadores de espaços culturais fomentados pela Marinha do Brasil, tais como o Complexo Naval no Rio de Janeiro mencionado anteriormente, podem ter contato com o conceito de consciência marítima.

Não cabe à presente pesquisa uma análise aprofundada sobre a experiência docente com o material ou as impressões discentes sobre o trabalho desenvolvido em torno do livro. Interessa-nos, pois, a compreensão da disposição dos capítulos, a observação crítica das narrativas forjadas pela fonte e a análise do seu processo produtivo articulado a Marinha do Brasil no contexto do início do século XX. Afinal, na escola básica também há de se refletir sobre a importância dos mares e a necessidade de sua preservação em termos ambientais e políticos, conforme propõe a fonte apresentada.

Quanto a análise da narrativa histórica presente no material, faremos uma apresentação dos capítulos nas páginas a seguir. Serão destacados determinados

pontos como a concepção de história adotada, a seleção dos personagens lembrados e a articulação da disciplina história com o conceito de consciência marítima. Trata-se de um livro com fins didáticos que reúne conhecimentos sobre o estudo da história do Brasil a partir da historiografia produzida pelo nicho intelectual da Marinha. Os objetivos da obra consistem em observar a condição litorânea do país enquanto centro de gravidade no aspecto marítimo internacional, despertar consciência e reflexão sobre a importância do mar para a formação do Brasil atual e construir visões do futuro que tornará o país cada vez mais dependente do mar, conectado prioritariamente ao conceito de Amazônia Azul.

3.2 Contribuições didáticas da Amazônia Azul.

O objetivo do presente capítulo será condensar os debates travados nas páginas anteriores no exercício da análise da fonte. Retomando o primeiro capítulo, de acordo com Assad (2010, p.49), a noção de mar territorial, ou seja, as águas costeiras consideradas parte do território soberano, começou a ser construída no final do século XVII na Holanda com o objetivo de estipular os limites geográficos do controle do Estado sobre o mar a partir do continente. A preocupação política dos mares estava, assim, calcada em jurisdições dos Estados gestadas ainda na Idade Moderna, em função da busca pela definição do alcance máximo para o seu controle (VIDIGAL, 2006, p.21).

A questão das orientações limítrofes passou a ser discutida com mais fôlego novamente no século XX, com o advento da Segunda Guerra Mundial uma vez que as águas territoriais foram palcos de grandes batalhas, tais como a Operação Overload no ataque das forças aliadas à Normandia em 1944. O debate internacional sobre zonas de segurança e regulamentos administrativos no que tange ao direito do mar tomou grandes proporções, exigindo novos posicionamentos dos Estados (SILVA, 2012).

Quanto à costa brasileira, no início do século XVI quando as caravelas e naus de Pedro Álvares Cabral saídas de Portugal atracaram na América que, no futuro, se tornaria o Brasil, a dimensão territorial era equivalente a uma área de cerca de 2.650.000 km² ao sul da linha do Equador, na parte leste da América do Sul. Hoje o território brasileiro se estende por 8.514.876 km², que fazem do Brasil o 5º maior país

do mundo. Ainda poderão ser acrescentados mais 4.500.000 km² de mar territorial, com a chamada Amazônia Azul, tornando o território quase cinco vezes maior do que era no Tratado de Tordesilhas em 1494 e ocupando 48% do território da América do Sul (CINTRA, 2009).

Os debates do século XX foram dedicados à largura do mar territorial e mais recentemente, no século XXI, grande atenção tem sido dada à plataforma continental. Em todo caso, as resoluções diplomáticas definem que a soberania do Brasil se estende ao mar territorial, ao espaço aéreo sobrejacente, bem como ao seu leito e subsolo (RODRIGUES, 1970, p.119). Por iniciativa da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e da Marinha, a partir de 1986 o Estado brasileiro vem desenvolvendo um amplo programa de aquisição, processamento e interpretação de dados geofísicos e batimétricos para estabelecer os limites e significados da hidrografia brasileira.

Desde 16 de novembro de 1994, com a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), aos 8.514.877 km², indicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Mapa de Biomas do Brasil, somam-se 3,5 milhões de km² de espaços marítimos, sendo um vasto bioma ainda pouco considerado. A área abrange a Zona Econômica Exclusiva⁶ (ZEE) de 200 milhas náuticas, com uma superfície de 3.539.919 km², enquanto a Plataforma Continental (PC) soma o total de 350 milhas náuticas, correspondendo a 960 mil km². Somadas, elas abrangem 4.499.919 km², ou praticamente 4,5 milhões km², o que acrescenta uma área marítima equivalente a mais de 50% da extensão territorial brasileira (SOUZA, 1999).

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) também merece especial destaque. Instituído pelo Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989, o LEPLAC representa uma manifestação expressiva do Estado em relação ao tema do domínio marítimo por debater ao longo de 18 anos (1986-2004) os perfis sísmicos, batimétricos, magnetométricos e gravimétricos ao longo de toda a

⁶ Entende-se por Zona Econômica Exclusiva “a área que engloba os mares territoriais de um determinado país, e se estende a não mais de 200 milhas náuticas (370 quilômetros) das costas de um país. A área que está sob a ZEE de um estado lhes dá plenos direitos para explorar os recursos marinhos em sua plataforma continental adjacente. No Brasil, as áreas incluídas na fronteira marítima são conhecidas como Amazônia Azul e englobam os arquipélagos de São Paulo, as Ilhas Fernando de Noronha, o Arquipélago de São Pedro, Trindade e Martim Vaz”. Trecho extraído de ROMANO, Rogério Tadeu. Zona Econômica Exclusiva. Revista Jus Navegandi, nov. 2017. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/62454/zona-economica-exclusiva> > Acesso em 01 jun. 2022.

extensão da margem continental brasileira pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, contando com o apoio técnico e científico da Petrobras (VIDIGAL, 2006, p.51).

Os dados acima elencados oferecem os subsídios necessários para compreender o lançamento do conceito da Amazônia Azul no início do século XXI. A Marinha do Brasil elaborou tal conceito para alertar sobre as riquezas do oceano e a sua importância para a economia do país, sendo equivalente a proporções superiores às das áreas terrestres. Isso implica pensar na defesa de tais riquezas nacionais e nos investimentos necessários para que a Marinha seja capaz de proteger as águas jurisdicionais brasileiras.

A “Amazônia Azul” foi assim idealizada para chamar a atenção da população civil quanto às imensas riquezas da área oceânica sob a jurisdição brasileira, tanto em termos políticos e econômicos quanto em parâmetros da própria natureza. Em virtude de possuir uma área equivalente a 67% do nosso território terrestre, com dimensão e biodiversidade semelhantes ao da Amazônia Verde, convencionou-se pintar a ideia da Amazônia de azul.

Uma das motivações subjetivas para a Amazônia Azul pode ter sido uma aliança entre a Marinha do Brasil e a gestão atual do Estado brasileiro na época do lançamento da coleção *Explorando o Ensino*. Por ocasião da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que não possuía histórico de atuação na presidência da república até então, a Marinha pode ter exercido o papel de subterfúgio das forças armadas para participar ativamente da nova gestão através da educação destinada à sociedade civil em situação de crises eminentes.

Ao mesmo tempo, existia grande investimento na área educacional e na área museológica no Brasil do início do século XXI. O até então existente Ministério da Cultura estava sob a gerência de Gilberto Gil, gozando de grande valorização da ideia do patrimônio. Como reflexo do contexto de apoio à dimensão cultural nacional, a própria Marinha do Brasil inaugura a exposição permanente no Complexo anteriormente citado no ano de 2006 e pouco tempo depois, em 2008, cria a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, por exemplo⁷.

⁷ Os dados foram extraídos do Boletim da Marinha do Brasil, Tomo 1. Disponível em

Em escala mundial, podemos apontar que o ano de publicação do livro, em 2006, contou com o agravamento da crise no Oriente Médio, a eclosão do conflito entre Israel e o Líbano, o acirramento da violência na guerra do Iraque com diversos atentados, a condenação de Saddam Hussein da Al Qaeda à força, a derrota republicana nas eleições legislativas dos Estados Unidos da América, a morte do ditador chileno Augusto Pinochet e a doença do líder cubano Fidel Castro estão entre os principais fatos do noticiário internacional.

Na América Latina, vitória do venezuelano Hugo Chávez foi reeleito, dedicando o episódio à homenagem do líder da Revolução Cubana, Fidel Castro, e ao enfrentamento das políticas imperialistas do então presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush. A meta do Brasil em tornar-se potência naval do Atlântico Sul naquele ano era declarada:

A Marinha do Brasil não está apenas construindo a Amazônia Azul, repensando o Atlântico Sul, a segurança nacional e todos os desafios que decorrem dessas questões: ela quer que o Brasil encontre novamente sua vocação marítima. Ela investe pesado na modernização e expansão de vários aspectos da Força Naval: a Força Submarina, que terá submarinos propulsados por energia nuclear; a Força de Superfície; e a Força Aeronaval, para poder desenvolver seu papel nacional e internacional no Atlântico Sul, ampliando, inclusive, sua cooperação com os países da África Ocidental para tal fim. Trata-se de apoiar os países africanos para que o Atlântico Sul seja realmente o “Oceano do Sul”, sem que haja a presença do Norte – ou ao menos que essa presença não prejudique os interesses do Sul em geral e do Brasil, em particular. Para acelerar sua meta de se tornar uma potência marítima nova, a Marinha do Brasil trabalha em estreita colaboração com inúmeros países europeus – sobretudo a França, no momento – para assegurar que o seu equipamento seja adequado e que haja transferência de tecnologia e o estabelecimento da indústria naval de guerra no Brasil (WEISEBR, 2013, p.111).

Quase uma década antes da publicação do livro *A Importância do Mar na História do Brasil* (2006) - eleito como fonte da presente pesquisa -, o Programa de Mentalidade Marítima foi fundado no Brasil sob caráter multidisciplinar, fruto da cooperação com o Planejamento Espacial Marinho (PEM), e alcançou o êxito inédito da inclusão do conceito Amazônia Azul nas grades curriculares e livros didáticos do Ministério da Educação (MEC) e nos mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Sendo assim, dois anos antes do lançamento do livro, em 2004, a Marinha do Brasil já havia cunhado o conceito de Amazônia Azul e pretendia divulgá-lo de algum

modo para a sociedade civil – sendo este o segundo ano do governo Lula. O primeiro ano tinha sido marcado pelo controle da crise econômica, enquanto no ano de 2004 o Brasil tinha números econômicos melhores e se colocava no cenário internacional buscando se aproximar da América Latina, da África e dos países emergentes. Em 2004, o Brasil articulou o chamado G-4, grupo da Onu que unia Japão, Alemanha, Brasil e Índia, tentando uma redemocratização dos poderes no Conselho de Segurança da ONU⁸.

Nesta sequência de acontecimentos, é possível compreender que o momento de tensão entre as forças armadas do Ocidente indica uma das justificativas para o interesse no lançamento dos livros dedicados à escola básica na grande área das ciências humanas, dedicados ao tema específico da importância dos mares. Ambos foram estruturados a partir do conceito de “mentalidade marítima”, conforme documentos oficiais da Marinha posteriores que a definem como

(...) convicção ou crença, individual ou coletiva, da importância do mar para a Nação Brasileira e o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos ou vontade de agir no sentido de utilizar, de forma sustentável, as potencialidades do mar (CEMBRA, 2012).

A gestão do governo federal no início dos anos 2000 alçou a Marinha do Brasil ao cargo de instituição transmissora e fomentadora de conhecimentos, resultado do novo propósito de contribuir para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira. Como grandes aliados nesta empreitada de ensino e aprendizagem nas escolas, estão os patrimônios mencionado nas páginas anteriores do complexo cultural da Marinha localizados no Rio de Janeiro e, sobretudo, a exposição “O Poder Naval e a Formação da Marinha” como um dos espaços possíveis de acesso ao conhecimento.

A explanação sobre o Direito Internacional configura a meta a ser alcançada pela fonte, como garantia do exercício da soberania das áreas marítimas, igual a mais da metade do nosso território terrestre, por onde circulam as riquezas e de onde são retirados os alimentos e recursos para o desenvolvimento do Brasil. O texto redigido pelos autores pode, inclusive, ser resumido à seguinte assertiva:

⁸ Sobre o tema, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.) O tempo da Nova República. O Brasil Republicano, Vol. 5. RJ: Civilização Brasileira, 2018; REIS, Daniel Aarão (coord.) Modernização, Ditadura e Democracia, 1964-2010. História do Brasil Nação, vol. 5. RJ: Objetiva, 2014.

(...) um pouco da contribuição e do esforço patriótico da nossa Marinha, por meio do evoluir da nacionalidade, para a consolidação, a defesa, a conservação da unidade territorial, o progresso, enfim, de uma Pátria livre e soberana (CEMBRA, 2012, p.183).

De acordo com a apresentação dos autores, o desejo de inserir tal debate em âmbito escolar está diretamente relacionado ao que identificam como escassez de políticas voltadas para o aproveitamento e a proteção dos recursos e dos benefícios dali advindos. Os dados da pesquisa feita pelos autores apontam que 80% da população brasileira vivia na época a menos de 200km do litoral e mais de 95% do comércio exterior era transportado por vias marítimas, consolidando os argumentos de que pouco se sabe sobre os direitos que o país tem sobre o mar e que este possui significado estratégico-econômico a ser defendido pelos cidadãos em apoio à instituição da Marinha do Brasil.

Ademais, não é só o valor financeiro que conta, pois, em tempos de globalização, nossos próprios produtos empregam insumos importados, de tal sorte que interferências com nosso livre trânsito sobre os mares podem levar-nos, rapidamente, ao colapso. A conclusão lógica é a de que somos de tal maneira dependentes do tráfego marítimo que ele se constitui em uma de nossas grandes vulnerabilidades (CEMBRA, 2012, 11-12).

São citados como valores econômicos e políticos de origem nas águas jurisdicionais do Brasil o petróleo, a importação, a exportação, a pesca, o transporte, a geração de empregos, as tradições dos povos ligados ao mar e os episódios que marcaram – e marcam - os domínios marítimos do país ao longo da história. Em suma, o que mobilizou os esforços de elaboração foi a ideia de que

Para que, em futuro próximo, se possa dispor de uma estrutura capaz de fazer valer nossos direitos no mar, é preciso que sejam delineadas e implementadas políticas para a exploração racional e sustentada das riquezas da nossa Amazônia Azul, assim como que sejam alocados os meios necessários para a vigilância e a proteção dos interesses do Brasil no mar (CEMBRA, 2012, p.11-12).

Em suma, o governo federal em parceria com a Marinha do Brasil lança nesta Coleção a proposta pedagógica de democratizar os conhecimentos e apresentar a importância do mar para os diversos períodos da história da humanidade, com destaque para a história do Brasil. O esforço empreendido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) na elaboração do livro reflete o anseio de construir novo cenário para a história naval brasileira ao passo que expande tais conhecimentos técnicos da Marinha do Brasil para a construção de saberes científicos também nas escolas, estimulando a participação ativa dos brasileiros nos debates acerca do ambiente marítimo.

3.3. Transposição didática e democratização do conhecimento da Marinha.

O artigo 142 da Constituição Federal garante que as Forças Armadas, incluindo a Marinha, têm como função a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem. A destinação pode ser observada a partir de dois componentes: a) a defesa da pátria relacionada à soberania e à independência dos domínios e patrimônios nacionais; b) a garantia dos poderes, direitos e deveres constitucionais. O desenvolvimento da consciência marítima brasileira apresenta uma nova interface da Marinha, de cunho social, cultural, econômico, científico e político: o desejo de despertar o interesse em um novo público para a conservação dos mares - os estudantes.

Ao longo das suas 216 páginas, a fonte traz à tona o conceito de consciência marítima às instituições de ensino público regulares no país. Fora de circulação desde o ano de 2011 quando foi interrompida a produção da Coleção, o material atualmente encontra-se disponível *online* gratuitamente no site da Marinha para o acesso livre dos interessados no tema. De acordo com os dados apresentados por Marianne Wiesebr (2013, p.110), a tiragem original de cada volume foi de 177 mil livros para a distribuição nacional, porém na contracapa do volume 13 encontra-se subscrito “*Tiragem 1.000 exemplares*”, sem mais registros sobre os critérios de distribuição do material ao redor do país.

O volume está subdividido em 10 capítulos, distribuídos no seguinte modelo sistemático:

1. **A história da navegação:** os primeiros passos da navegação oceânica e o desenvolvimento das tecnologias de navegação.
2. **A expansão marítima europeia e o descobrimento do Brasil:** a formação do estado nacional lusitano, a expansão marítima no Atlântico e as expedições pré colonizadoras para o reconhecimento da costa brasileira.
3. **Invasões que poderiam ter fracionado o território brasileiro:** a presença holandesa e francesa no território durante os séculos XVI e XVII, corsários franceses no século XVIII, guerras e tratados no Atlântico sul.
4. **Formação da Marinha imperial brasileira:** a chegada da Corte portuguesa no Brasil, a política externa no período joanino e o processo de independência.
5. **Atuação da Marinha nos conflitos internos da regência:** considerações sobre os principais movimentos de resistência durante o período regencial

dentro (Balaiada, Farroupilha, Revolta Praieira, Sabinada, Cabanagem) e fora (Guerra da Cisplatina, Guerra contra Oribe e Rosas) do país.

6. **Atuação da Marinha na guerra da Tríplice Aliança com o governo do Paraguai:** abordagem sobre a guerra do Paraguai (1854-1860) e a atuação das forças militares diversas envolvidas no conflito com destaque para a atuação da Marinha do Brasil.
7. **A Marinha na República:** análise sobre a participação do Brasil nas guerras mundiais.
8. **O mar no contexto atual da nossa história:** apresentação do tema da consciência marítima através dos tópicos “busca e salvamento marítimo” e “os limites do mar brasileiro”, o último com o detalhamento de conceitos internos da Marinha como a Zona Econômica Exclusiva, Zona Contígua e Plataforma Continental.
9. **Vultos notáveis da história naval brasileira:** sistematização de nomes consagrados como ilustres para a história da instituição.
10. **O emprego permanente do poder naval:** os aspectos legais e estratégicos de defesa da nação, a atuação da Marinha em situações de conflito e as atividades em tempos de paz, articuladas principalmente à Organização das Nações Unidas e aos programas internos listados pelos autores.

A primeira questão que se coloca sobre a produção da fonte é relativa a formação acadêmica dos professores que, de um lado, a organizaram e que, de outro lado, a utilizam. O Programa de Graduação e Pós Graduação em Ciências do Mar oferecido pela Marinha do Brasil, anteriormente mencionado, dedica especial atenção na capacitação dos docentes especialistas em cultura oceânica visando contribuir para a ampliação da mentalidade marítima no país. Nas palavras de Armando Bittencourt, organizador da coleção História,

O principal documento de planejamento estratégico de defesa do Brasil é a Política de Defesa Nacional. Não é uma publicação de uso exclusivo da área militar: deve ser do conhecimento de toda a sociedade, podendo ser acessada na internet pelo site: [https://www. defesa.gov.br/pdn/index.php](https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php). A edição em vigor é de junho de 2005, tendo sido aprovada pelo Presidente da República. Ela estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as esferas do Poder Nacional relacionados com a defesa e, também, orienta o planejamento estratégico de longo prazo das Forças Armadas. A publicação afirma, ainda, que o Brasil não pode prescindir de Forças Armadas, pois tem enorme patrimônio a zelar. Define as duas áreas estratégicas prioritárias para o Brasil: Atlântico Sul e Bacia Amazônica (BITTENCOURT, 2006, p.205).

O argumento para o emprego permanente do poder naval se insere nas fileiras

das salas de aula como teoria do emprego político do poder naval, ilustrando a possibilidade das forças navais não só em momentos de crise ou guerra, mas também em tempos de paz, em apoio aos interesses da nação. Faz-se necessário observar que não são ofertadas disciplinas similares nas universidades públicas e particulares em cursos de graduação para licenciatura ou cursos de formação continuada na temática, em parceria Marinha e rede pública de ensino (federal, estadual ou municipal), o que reduz o debate a um nicho intelectual da própria Marinha sem diálogos diretos com a realidade da sala de aula.

Sendo assim, cabe o questionamento: como poderá ser aplicado com a qualidade devida sem a oferta da formação ampla e adequada no tema para os profissionais de ensino da escola básica, por exemplo, em Cursos de Extensão? Se os profissionais de educação não foram apresentados ainda à consciência marítima, como poderão reconhecer sua importância e contribuição para o cotidiano da sala de aula? O volume da coleção é pioneiro na resolução destas questões, porém há longo caminho de conscientização a frente para ser construído.

Uma crítica de ordem metodológica é direcionada às ferramentas utilizadas na elaboração da narrativa desde a reprodução de expressões como “descobrimento do Brasil” isentas de reflexões sobre os conflitos entre povos nativos e europeus colonizadores no capítulo 1, a concepção da Marinha como exímio braço armado do Estado no capítulo 6, até a eleição de personagens como heróis da nação no capítulo 9, é possível identificar alinhamento com a historiografia tradicional oriunda do século XIX no momento de profissionalização dos historiadores e consolidação da história como ciência (BLOCH, 2001).

Para uma breve explanação das características mais marcantes da chamada “escola metódica”, podemos destacar que

Tratava-se de uma concepção empirista do trabalho histórico, enxergando-o como centrado na manipulação rigorosa e imparcial, segundo certas regras, das fontes primárias disponíveis, entendidas à época como sendo, quase sempre, textos escritos – admitindo-se, em um plano menor, o emprego de algumas outras categorias de materiais. Acreditava-se que um conhecimento verdadeiro da história que os homens fizeram coletivamente no passado (a história-objeto) podia ser atingido pela história-disciplina (a que se dedicavam os historiadores, entendidos como sujeitos epistêmicos) mediante um trabalho adequado daqueles profissionalmente treinados na manipulação, crítica e objetiva, dos testemunhos ou fontes (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p.4).

A concepção da história-disciplina no momento de consolidação da ciência no

século XIX perdeu força ao longo do século XX por conta da inteligibilidade limitadora das suas análises, resumida a acumulação indutiva de dados, fatos, processos e grandes eventos, pautados na objetividade e imparcialidade dos historiadores na busca pela “verdade histórica”. A superação gradativa desta escola de pensamento e o surgimento de novas abordagens da História⁹ não se reflete, porém, na produção do material didático no século XXI – e aparentemente não seria essa a intenção deliberada dos autores.

A preservação do modelo tradicional da historiografia enriquece a fonte pelo seu corpo documental na mobilização de mapas, imagens, dados factuais, transcrições de documentos oficiais, apresentação de indivíduos que ocuparam posições de destaque, entre outros elementos. Vejamos a seguir a cronologia do processo de colonização do Brasil no capítulo 3 intitulado “Invasões que poderiam ter fracionado o território brasileiro”.

Figura 4: Cronologia.

⁹ Sobre reflexões historiográficas que reagem ao paradigma tradicional e as novas modalidades que configuram a ciência histórica, ver BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1555	Chegada de Nicolau Durand de Villegagnon ao Rio de Janeiro, instalação da França Antártica.
1560	Ataque da força naval portuguesa ao Forte Coligny.
1565	Fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá. Expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.
1580 a 1640	União Ibérica.
1612	A França envia uma expedição com o intento de fundar outra colônia no Brasil, desta vez no Maranhão.
1614	Formação da primeira força naval comandada por brasileiro nato (Jerônimo de Albuquerque), para combater os franceses no Maranhão.
1615	Rendição e expulsão dos franceses do Maranhão pelas forças lusas.
1621	Criação da Companhia das Índias Ocidentais pelos holandeses.
1624	Chegada da força naval holandesa a Salvador e início do ataque.
1625	Chegada da armada luso-espanhola (denominada Jornada dos Vassalos) a Salvador e expulsão dos holandeses.
1630	Invasão holandesa em Pernambuco.
1631	Combate Naval de Abrolhos.
1640	Restauração Portuguesa. Batalha Naval de 1640.
1641	Assinatura de tratado de trégua entre Portugal e Holanda. Invasão holandesa em Sergipe, Maranhão, Angola e São Tomé.
1648	Rendição dos holandeses em Angola.
1649	Holandeses são derrotados em Guararapes.
1652 a 1654	Guerra anglo-holandesa.
1654	Rendição dos holandeses no Recife, término da ocupação holandesa.

1681	Tratado de Lisboa.
1715	Tratado de Utrecht.
1750	Tratado de Madri.
1756 a 1763	Guerra dos Sete Anos entre Portugal e Espanha.
1761	Tratado do Pardo.
1777	Tratado de Santo Ildefonso.
1801	Tratado de Badajós.

INVASÕES QUE PODERIAM TER FRACIONADO O TERRITÓRIO BRASILEIRO

SAIBA MAIS

História Naval Brasileira – Segundo volume, Tomo IB

História Naval Brasileira – Segundo volume, Tomo II

História do Brasil, Antonio Luiz Porto e Albuquerque. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1985.

História do Brasil: período colonial, monarquia e república. Hélio Vianna. 14ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1980.

Fonte: BITTENCOURT, Armando de Senna (org). “Invasões que poderiam ter fracionado o território brasileiro”. In: **A importância do mar na história do Brasil**. História: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Coordenação Carlos Frederico Simões Serafim. Coleção Explorando o Ensino: 13. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006, p.61-62.

A organização factual e cronológica dos eventos é de suma importância para o ensino de história pois facilita a visualização dos processos históricos em uma linha do tempo e de raciocínio. Nota-se o esforço de conectar a história do Brasil às movimentações políticas internacionais com ênfase nos Tratados promulgados ao longo dos séculos e nos conflitos ocorridos em domínios portugueses na América e África. A indicação de leituras complementares também se destaca por recomendar ainda mais informações ao jovem público leitor ao qual se destina.

A narrativa apresentada na fonte também se apoia na exposição de curiosidades para atrair o interesse dos leitores, abordando temas variados (doenças, tecnologias, invenções etc) interligados aos mares no decorrer da História, apesar de não considerar a participação ativa dos povos chineses e árabes no processo das

navegações modernas. No capítulo 1, parte das reflexões da fonte se dedicam aos estudos das doenças no período da navegação dos barcos a vela, citando caso:

Figura 5: A vida a bordo dos navios veleiros.

A VIDA A BORDO DOS NAVIOS VELEIROS

A vida a bordo dos navios veleiros era muito difícil. A Idade da Vela representou para os marinheiros muito sacrifício. O trabalho a bordo, manobrando com as velas, muitas vezes durante tempestades, exigia bastante esforço físico e era arriscado. A comida, sem possibilidade de contar com uma câmara frigorífica, era deficiente, principalmente em vitaminas, o que causava doenças como o beribéri (pela carência de vitamina B) e o escorbuto (pela carência de vitamina C). Durante os longos períodos de mau tempo, não havia como secar as roupas. A higiene a bordo também deixava muito a desejar. Muitos morreram nas longas viagens oceânicas.

O escorbuto, no entanto, merece destaque, pois foi uma doença que causou a morte de muitos marinheiros nas longas travessias no mar, quando a dieta dependia apenas de peixe, carne salgada e biscoito (feito de farinha de trigo, o último alimento que se deteriorava a bordo dos veleiros). Ele é causado pela falta de vitamina C na dieta. As gengivas incham e sangram, os dentes perdem sua fixação, aparecem manchas na pele, sente-se muito cansaço. Com o tempo, vem a morte. Em uma viagem da Marinha inglesa (força naval comandada pelo Comodoro George Anson), em 1741, dos dois mil homens que partiram da Inglaterra, somente 200 regressaram. A maioria morreu por causa do escorbuto. Ele foi responsável por mais mortes na Idade da Vela do que os combates, os naufrágios, as tempestades e todas as outras doenças juntas.

A prevenção do escorbuto obtém-se bebendo, freqüentemente, um pouco de suco de limão (que é rico em vitamina C), como parte da dieta. Essa solução surgiu no final do século XVIII, tornando mais saudável a vida a bordo nos navios.

Agora é possível deduzir porque a maioria dos piratas representados em filmes não possui alguns dentes.

Fonte: BITTENCOURT, Armando de Senna (org). “Invasões que poderiam ter fracionado o território brasileiro”. In: **A importância do mar na história do Brasil**. História: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Coordenação Carlos Frederico Simões Serafim. Coleção Explorando o Ensino: 13. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006

A estratégia de resgatar a memória dos filmes de piratas é interessante para a leitura do livro e também para o uso da informação pelos professores, introduzindo curiosidades que estabelecem diálogo interdisciplinar com a Biologia sobre as vitaminas e doenças. No entanto, a opção pela historiografia tradicional deixa escapar reflexões mais profundas como, por exemplo, a relação entre as forças armadas e a sociedade civil em uma via de mão dupla. Isto é, perceber que o discurso forjado pela instituição da Marinha não é o discurso “verdadeiro” sobre os episódios históricos, tal qual a Guerra do Paraguai no capítulo 6 que conta uma história segundo os

vencedores da guerra, anunciada desde o título.

Para o trabalho em sala de aula, seria também interessante perceber como a sociedade reagiu aos eventos, como se engajou nas batalhas e como as interpretaram, quais as origens e os desdobramentos sócio culturais dos conflitos, como foi o recrutamento de soldados para as forças armadas no momento da guerra e o saldo político e econômico não necessariamente positivo no Império do Brasil no episódio da Guerra do Paraguai, pois, assim, corroboraria para a visão mais global do conflito na dinâmica da aprendizagem¹⁰.

Há de se respeitar a cronologia dos acontecimentos históricos, mas não se pode perder de vista o rigor metodológico da historiografia para a compreensão dos mesmos dentro de seus contextos específicos e para não gerar suposições excessivas de modificações nos episódios já findados. Com isso, o capítulo 3 traz consigo a ideia de uma história anacrônica por observar o passado através dos conhecimentos do presente, questionando o caso de “se” fosse diferente o decorrer das invasões para a fragmentação do território. Não há como imaginar o que, de fato, aconteceria caso algo fosse feito de modo diferente do que foi.

No capítulo 9 intitulado “Vultos notáveis da história naval brasileira” há a apresentação de nomes previamente selecionados como heroicos na história da Marinha do Brasil desde o momento da independência em 1822. Logo no parágrafo introdutório, o seguinte trecho revela os critérios da seleção

(...) só o tempo catalisa e consagra. É preciso que muitos e muitos anos transcorram, e o julgamento se cristalice, sem paixões, sem radicalismos, sem idiosincrasias, para que os valores autênticos se consolidem e brilhem – não apenas como simples lâmpadas de duração efêmera, mas como estrelas de luz permanente. Hoje, com a consagração do tempo e a sanção da posteridade, muitos nomes ilustres se destacam e se afirmam como homens tutelares da nossa Marinha, faróis de longo alcance cuja intensa luminosidade aclara a trajetória e orienta o rumo dos que ora cruzam os caminhos marítimos a serviço do Brasil (BITTENCOURT, 2006, p.183).

O propósito do capítulo direcionado aos personagens é justificado nos seguintes termos

Que os brasileiros em geral e, de modo especial, as crianças e os jovens do nosso Brasil, vejam, observem, admirem, na atuação desses ilustres marinheiros, um pouco da contribuição e do esforço patriótico da nossa Marinha, por meio do evoluir da nacionalidade, para a consolidação, a

¹⁰ Sobre o tema da Guerra do Paraguai, ver DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

defesa, a conservação da unidade territorial, o progresso, enfim, de uma Pátria livre e soberana (BITTENCOURT, 2006, p.183).

Palavras como “ilustres”, “patriótico” e “progresso” constituem o discurso que valoriza lideranças majoritárias dos altos postos de poder enquanto Almirantes e, no geral, que defenderam a manutenção do *status quo* do país ao longo dos séculos entre batalhas e negociações internacionais. São citados os personagens Cochrane, Taylor, Greenfel, Cunha Moreira, Barroso, Inhaúma, Greenhalgh, Marcílio Dias, em época mais próxima de nós; Jaceguai, Saldanha da Gama, Wandenkolk, Custódio de Melo, Júlio de Noronha, na transição do século XIX para XX; Alexandrino, Gomes Pereira, Frontin, Soares Dutra e vários outros do XX para o XXI.

Os personagens têm em comum as características de pertencerem às elites de suas épocas, são homens, brancos e reforçaram o poder do Estado sobre o território nacional. Por sua vez, foram silenciados personagens como João Cândido, líder da Revolta da Chibata contra maus tratos à população negra pela Marinha no contexto pós-abolição e popularmente conhecido como “Almirante Negro”, ou Francisco José do Nascimento, líder dos jangaceiros no Ceará na luta abolicionista popularmente conhecido como “Dragão dos Mares”, dentre outros nomes de origem popular e que não alcançaram altos escalões entre os séculos XIX e XX, nestes casos.

São alguns dos muitos nomes importantes para promover a reflexão dos estudantes sobre as múltiplas questões sociais que acompanham a história do Brasil, como por exemplo as tensões raciais no contexto da Revolta da Chibata. A eleição de nomes das altas patentes militares revela, entre outros aspectos, a visão hegemônica na qual se sustenta a narrativa da obra, indo de encontro às novas lentes de análise da história militar já abordadas.

O capítulo 8 dedica-se, enfim, a pensar questões mais restritas ao conceito de consciência marítima relacionado às estratégias de defesa da nação apresentadas ao público leitor. Com o subtítulo “O mar, sempre o mar”, os autores discorrem sobre os interesses históricos e amplos da tecnologia marinha que permitiu a descoberta nas águas, no solo e no subsolo marinhos de recursos naturais de importância capital para a humanidade, especialmente os interesses do Brasil no mar. Através de mapas e dados estatísticos, a fonte publicada em 2006 estipula

Como resultado de uma colonização que veio pelo mar, verificamos que 80% da população brasileira, 93% da produção industrial, 78% da receita, assim como 85% do consumo de energia elétrica das principais cidades concentram-se a menos de 200 km do litoral (BITTENCOURT, 2006,

p.168).

E em seguida, conclui que

A história nos ensina que toda riqueza desperta a cobiça, cabendo ao seu detentor o ônus da proteção. Os brasileiros, em sua história, colecionam evidências a esse respeito (BITTENCOURT, 2006, p.171).

Os números devem ter sofrido modificações acerca das cidades próximas ao litoral com o passar do tempo. Interessa-nos aqui observar mais atentamente o papel social atribuído pela fonte à Marinha de “detentora do ônus da proteção da riqueza contra a cobiça alheia” já que representa a instituição do Estado responsável pelo ambiente marítimo e identifica a colonização portuguesa no processo da Expansão Ultramarina no século XVI como origem da dinâmica política e econômica que ainda hoje o país estabelece com o mar.

Em outras palavras, o princípio da apresentação da consciência marítima aos estudantes foi alcançado pela fonte: houve apresentação de dados e organização de fontes para que houvesse certo convencimento do público alvo a respeito da importância da proteção do litoral do Brasil. A ideia fica ainda mais clara na seguinte passagem:

É nossa a tarefa de usar e proteger nosso mar e aqueles que o usam; é nossa a tarefa de prevenir a degradação do nosso oceano; e é nosso, ainda, o dever de defender o que nos pertence, no esforço que for necessário, espiritual e material, mental e militar, impondo, da forma que a história nos indicar, a nossa soberania absoluta sobre esse legado. Historicamente, o mar esteve sempre no destino do Brasil. O mar, sempre o mar (BITTENCOURT, 2006, p.171).

No entanto, diante das críticas apresentadas ao longo do subcapítulo, conclui-se que ainda mais importante que a apresentação do tema da consciência marítima, é o trabalho em prol da sua construção em cada estudante que tenha contato com a ideia. Vale ressaltar que a prática didática possui dois movimentos intrínsecos: a prática do saber e a prática do ensinar. Isto é, todo conhecimento sofre um conjunto de transformações adaptativas para torna-lo apto a ocupar lugares específicos entre os objetos de ensino.

O conceito de transposição didática proposto por Chevallard (1991) discute exatamente a prática da transmissão dos conhecimentos científicos, a adaptação aos saberes institucionalizados programáticos pelo ambiente escolar e a configuração dos conteúdos trabalhados nas disciplinas escolares. A transposição didática é o caminho triangular do sistema didático em que o saber/conhecimento, aquele que ensina/professor e aquele que aprende/aluno se encontram e se encaixam. Trata-se

de novos conhecimentos capazes de responder a dois domínios epistemológicos diferentes: a ciência e a sala de aula.

O trabalho de transpor o conhecimento científico da consciência marítima elaborado pela instituição da Marinha do Brasil é realizado pelo professor que, por sua vez, utiliza das ferramentas disponíveis na estrutura escolar para transformar tal saber em objeto inteligível aos seus alunos. Assim sendo, o professor transforma-se em um filtro do saber a ensinar para os alunos. Já o aluno possui experiências prévias que adquire ao longo da vida na dinâmica da sociedade em que vive e compreende com mais precisão, qualidade e amplitude o saber adaptado à sua faixa etária e ao seu linguajar cognitivos singulares. Para o autor,

Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O 'trabalho' que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de transposição didática. (CHEVALLARD, 1991, p.39)

Ou mesmo, pensar em uma mediação didática capaz de transformar determinados conteúdos científicos de difícil compreensão para as turmas de ensino fundamental e ensino médio. Ao ser ensinado, todo conceito deve manter semelhanças com a ideia original presente no seu contexto de pesquisa, mas adquire outros significados próprios do ambiente escolar. Ou seja, os textos usados nas universidades e centros de pesquisas, onde seu estudo teórico requer um maior aprofundamento, são apresentados de forma complexa e necessitam, assim, de uma mediação para serem apresentados ao público infanto-juvenil mediante o entendimento de que o conhecimento escolar possui uma instância própria de conhecimento (LOPES, 2000, p.26).

O exercício da adaptação seria, pois, a simplificação de um conteúdo complexo para democratizar diferentes níveis do conhecimento científico no âmbito escolar. Neste caso, a fonte apresenta-se como ferramenta de amparo didático ao professor, responsável por não apenas executar o conteúdo programado, mas também por mediar o saber científico e o saber escolar à medida que estimula a reflexão sobre o que está sendo apresentado ao longo das páginas do livro. A passagem do saber científico para o saber didático significa selecionar e interrelacionar o conhecimento acadêmico para que o processo de ensino e aprendizagem desfrute de qualidade e eficácia.

A prática docente requer criatividade didática. Tal característica implica na criação de atividades de uso exclusivo da escola a fim de tornar o conhecimento operacional através de sequência de atividades, exercícios e tarefas que tenham por objetivo a conceituação do próprio saber. Assim, o saber deve adaptar-se ao sistema didático para o sucesso de sua execução e simultaneamente para a modernização da escola, incluindo temas e ferramentas diversos que contribuam para o enriquecimento intelectual e formativo dos estudantes. Cabe ao professor possibilitar a relação dos conhecimentos científicos, os conhecimentos prévios e as vivências dos alunos (LIBÂNEO, 1998).

Após leitura atenta dos capítulos e dos conteúdos pré selecionados para estruturar a mentalidade marítima apresentada aos estudantes na educação básica, é possível concluir que o propósito de conceituar a Amazônia Azul e a defesa de sua capilaridade no currículo de História consiste em provocar a reflexão sobre o valor econômico da área marítima, adjacente ao território terrestre, na qual o país exerce direitos de soberania.

O estímulo ao debate sobre o transporte marítimo, extração de petróleo e gás, atividades de pesca, geração de energia renovável, turismo e biodiversidade a partir das aulas de história é de fundamental importância para o exercício da cidadania, uma vez que serão apresentadas e valorizadas as riquezas geradas pelo mar do Brasil. Com a tomada de consciência dos cidadãos brasileiros desde a juventude, será possível explorar o potencial de prosperidade do mar que tanto nos pertence, como nos gera inúmeros benefícios hoje e para as gerações futuras.

4 INTERVENÇÃO DIDÁTICA

O material apresentado a seguir corresponde a aplicação do conceito de consciência marítima aos conteúdos programáticos conforme proposto pela Base Nacional Curricular Comum, responsável por orientar os currículos de cada disciplina e garantir padrão de qualidade no ensino em escala nacional. Como parte do Trabalho de Conclusão do Curso do Programa de Pós Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, a intervenção didática proposta se apresenta na forma de planejamentos de aulas destinados aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em diferentes temáticas que possibilitam o exercício da cidadania através da promoção da consciência marítima no segmento.

A seleção variada dos temas teve como princípio comprovar que a consciência marítima apresenta-se enquanto conceito volátil para a compreensão dos episódios históricos. O que os une, portanto, é a relação fundamental entre os homens e os mares em diferentes momentos, situações, tecnologias e finalidades. A sequência das dez aulas não lineares tem por objetivo articular o conceito chave da pesquisa à Unidade Temática, ao Objeto do Conhecimento e às Habilidades correspondentes ao público alvo adequado e segundo os fins didáticos estabelecidos pela disciplina História. As estratégias, atividades propostas e ferramentas de avaliação foram pensadas para oferecer o suporte necessário às ações educativas através de múltiplos recursos capazes de enriquecer a experiência em sala de aula.

Público Alvo	6º ano
Unidade Temática	A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades
Objeto do Conhecimento	Povos da Antiguidade na África (egípcios) e no Oriente Médio (mesopotâmicos)
Habilidades	(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, reforçando a importância dos mares para o desenvolvimento das sociedades.
Tempo Estimado	3 tempos de 50 min cada
Estratégias	As duas primeiras aulas: expositivas, análise de imagens e textos. A terceira aula: organização de exposição de maquetes sobre as atividades nos rios Tigre, Eufrates e Nilo que caracterizavam as sociedades hidráulicas na Antiguidade.
Atividades Propostas	Resolução de exercícios do livro em sala de aula. Confecção de maquetes como tarefa para casa.
Recursos Necessários	Material didático, tnt, cartolina, pilotos e espaço físico dedicado a exposição dos trabalhos confeccionados na escola.
Avaliação	Os alunos deverão elaborar breves resumos (até 10 linhas) sobre o conceito de “sociedade hidráulica” junto a maquete.

Público Alvo	6º ano
Unidade Temática	Lógicas de organização política
Objeto do Conhecimento	O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio.
Habilidades	(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços. O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio (EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, reforçando a importância dos mares para o intercâmbio entre as sociedades e as suas respectivas relações de poder.
Tempo Estimado	2 tempos de 50 min cada
Estratégias	Ilustrar as batalhas marítimas no Mediterrâneo através da exibição das cenas pré selecionadas do filme, destacando as construções navais e as finalidades das guerras.
Atividades Propostas	Roda de conversa sobre os conflitos nos mares e disputas por soberania política e econômica entre as sociedades da Antiguidade como Grécia, Roma, Egito e Pérsia. Exibição de trechos do filme <i>300: a ascensão de um império</i> .
Recursos Necessários	Datashow, acesso à internet, som.
Avaliação	Participação na roda de conversa.
Público Alvo	7º ano
Unidade Temática	Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo
Objeto do Conhecimento	As descobertas científicas e a expansão marítima.
Habilidades	(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. (EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema,

	reforçando a importância dos mares para o intercâmbio entre as sociedades, as suas respectivas relações de poder e o desenvolvimento das ciências.
Tempo Estimado	1 tempo de aula (50 min)
Estratégias	Reflexão sobre o uso de novas tecnologias como astrolábio, bússola, mapas, entre outros para as expedições marítimas que deram início à globalização em escalas conexão entre os continentes, incluindo a América.
Atividades Propostas	Análise de mapa com as principais rotas da navegação ibérica entre 1450 e 1500, desde o contorno do continente africano rumo às Índias até o achamento das Américas. Apresentação de slides com os principais instrumentos técnicos que viabilizaram as expedições na Idade Moderna.
Recursos Necessários	Cartolinas, hidrocor, lápis de cor, mesa, trabalhos manuais.
Avaliação	Confeção de exposição das tecnologias e conhecimentos náuticos na escola, apresentando trabalhos confeccionados previamente em grupo pelos próprios alunos.

Público Alvo	7º ano
Unidade Temática	A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano
Objeto do Conhecimento	A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação.
Habilidades	(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência. (EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema mediante apresentação do conceito de Amazônia Azul por estabelecer ligação direta entre passado e presente no país.
Tempo Estimado	2 tempos de 50 min cada
Estratégias	Reflexão sobre os impactos da chegada dos europeus na ofensiva contra os povos originários e nas ações sobre o meio ambiente, tanto para a extração de pau Brasil quanto para delimitação inédita dos domínios marítimos no território.
Atividades Propostas	Leitura da <i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i> em xerox para cada aluno(a). Aula expositiva sobre a chegada das expedições marítimas na América do Sul, os primeiros contatos entre europeus e povos originários do Brasil, as práticas comerciais e o conceito de Amazônia Azul.
Recursos Necessários	Material impresso, papel ofício, lápis de cor, giz de cera.
Avaliação	Análise do documento <i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i> e confecção de cartas que apresentem as riquezas naturais do Novo Mundo.

Público Alvo	7º ano
Unidade Temática	Lógicas comerciais e mercantis da modernidade.
Objeto do Conhecimento	A escravidão moderna e o tráfico de escravizados.
Habilidades	(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval. (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, destacando o navio negreiro no tráfico transatlântico de africanos escravizados para as Américas como crime contra a humanidade ao

	longo das Idades Moderna e Contemporânea.
Tempo Estimado	2 tempos de 50 min cada
Estratégias	Análise do processo de escravização (colonização, sequestro, navio negreiro e chegada às Américas) em diálogo com a literatura.
Atividades Propostas	Encenação pelos alunos de trecho do livro <i>Úrsula: romance brasileiro</i> de Maria Firmina dos Reis (1859) sobre o processo da escravização em África e as condições de vida no navio negreiro ao longo do Oceano Atlântico. Reflexão sobre a urgência da abolição da escravidão no século XIX e a questão racial no Brasil de hoje.
Recursos Necessários	Palco, microfone, caixa de som, tnt, cartolina.
Avaliação	Elaboração do roteiro e dos personagens, ornamentação do cenário, leitura da obra literária proposta.

Público Alvo	8º ano
Unidade Temática	O Brasil no século XIX
Objeto do Conhecimento	A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil.
Habilidades	(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, reforçando a importância dos mares para o intercâmbio entre as sociedades e as suas respectivas relações de poder.
Tempo Estimado	Dia letivo
Estratégias	Apresentar espaços de aprendizado e cultura para além da sala de aula, como os museus e os acervos. Debater o conceito de patrimônio e resgatar a história da valorização das ciências, arquiteturas e artes por parte da coroa no Segundo Reinado.
Atividades Propostas	Visitação ao complexo cultural do Departamento do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha no centro do Rio de Janeiro.
Recursos Necessários	Transporte, lanche, autorização dos responsáveis, agendamento prévio.
Avaliação	Elaboração de relatório sobre a visita guiada.

Público Alvo	8º ano
Unidade Temática	O Brasil no século XIX
Objeto do Conhecimento	O Brasil do Segundo Reinado: política e economia.
Habilidades	(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império. (EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, reforçando a importância dos mares para a Guerra do Paraguai.
Tempo Estimado	2 tempos de 50 min cada
Estratégias	Aula expositiva sobre os motivos, os conflitos e os desdobramentos políticos, econômicos e sociais do episódio para o Império, de modo particular.
Atividades Propostas	Exposição das pinturas de marinha pelo artista Eduardo de Martino sobre o episódio através de slides. Fonte: MARTINO, Eduardo. Chegada da Fragata Constituição ao Rio de Janeiro (1877); Técnica: Óleo sobre tela; Dimensão: 257,00 cm x 490,00 cm. Acervo: Museu Histórico Nacional
Recursos Necessários	Datashow, acesso à internet.
Avaliação	Análise das obras artísticas.

Público Alvo	9º ano
Unidade Temática	Totalitarismos e conflitos mundiais

Objeto do Conhecimento	A Segunda Guerra Mundial
Habilidades	(EF09HI12) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, reforçando a importância dos mares para as estratégias de guerra. Discutir as implicações da guerra e das novas tecnologias do século XX.
Tempo Estimado	2 tempos de 50 min cada
Estratégias	Abordagem das batalhas mais expressivas da Segunda Guerra Mundial através de resumos e tópicos no material didático e caderno, respectivamente.
Atividades Propostas	Jogo Batalha Naval em dupla para compreensão dinâmica das forças aliadas, os confrontos e os seus desdobramentos para a Idade Contemporânea.
Recursos Necessários	Material impresso, material didático.
Avaliação	Participação na atividade proposta.

Público Alvo	9º ano
Unidade Temática	A história recente
Objeto do Conhecimento	As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional
Habilidades	(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.
Objetivo Geral	Despertar a consciência marítima nos estudantes em relação ao tema, apresentando a Amazônia Azul como patrimônio nacional e instrumento que contribui para demarcação dos territórios indígenas.
Tempo Estimado	3 tempos de 50 min cada
Estratégias	Análise do Decreto 1775/96 para demarcação das terras indígenas ao estabelecer seus limites físicos e debate sobre o Projeto de Lei 490/07 em trâmite no Congresso atualmente. Debate sobre os domínios naturais do país, o respeito para com os povos indígenas e as vias de solução para problemáticas atuais.
Atividades Propostas	Oficina interdisciplinar com o(a) professor(a) de Geografia: 1) confecção de mapas sobre os maiores patrimônios naturais do Brasil (floresta Amazônica e Amazônia Azul); 2) roda de conversa sobre crimes ambientais e violências contra os povos originais (indígenas) no Brasil atual, defensores dos elementos da natureza ao longo de toda a história na América, com a culminância de cartazes informativos feitos de recortes de jornais/revistas; 3) Debater sobre a assistência da Marinha junto às populações ribeirinhas e povos indígenas com assistência social, médica, odontológica e psicológica.
Recursos Necessários	Folha de isopor, cartolina, tinta, hidrocor, lápis de cor, revistas, jornais, datashow.
Avaliação	Confecção de cartazes informativos sobre a importância da Amazônia Azul e a atuação da Marinha como protagonista da valorização do patrimônio nacional.

5 CONCLUSÃO

A análise das estatísticas, conceitos e fatores revela que o Brasil ocupa posição privilegiada entre as nações marítimas pelas condições favoráveis de posição, configuração física, uso do litoral, clima, mentalidade marítima, produção e escoamento da produção, uso do litoral e distribuição populacional. A educação para a água tem como finalidade zelar pela nação e estimular nas crianças e adolescentes tanto o sentimento patriótico quanto a prática da cidadania no conhecimento sobre a Marinha do Brasil, quiçá despertar o interesse dos jovens em alistar-se para compor os quadros das forças armadas. Há inúmeros exemplos da importância dos mares durante a história das civilizações. A Marinha, como fez desde o início da história do país, continuará vigilante e pronta para garantir a soberania do Brasil.

O livro *A importância do mar na história do Brasil* é uma das iniciativas dedicadas a democratizar o conhecimento da Marinha em âmbito nacional, de fundamental importância por sua contribuição para conscientização marítima do Brasil. Todavia, a ação isolada não é capaz de prover transformações na sociedade como um todo. Requer também o apoio da sociedade civil e a construção de parcerias entre universidades, institutos de pesquisa nacionais, centros de memórias e escolas com a Marinha do Brasil para a construção de conhecimento e instrumentos de harmonização do uso compartilhado do ambiente marinho.

Apesar de estar fora de circulação atualmente nas salas de aula do Brasil como item de leitura complementar e abordagem obrigatória na disciplina História, o livro deixa um legado: o conceito de Amazônia Azul e a consciência marítima são aplicáveis à narrativa histórica dos currículos escolares. Mediante a organização cronológica dos capítulos e na sistematização dos conteúdos relacionados ao mar apresentados no livro paradigmático, pode-se aprender a atrelar a teoria e a prática aos mais diversos episódios das sociedades ao longo do tempo nos planos de aula direcionados aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), desde as sociedades hidráulicas na Antiguidade Oriental até as diversidades socioculturais do Brasil com destaque para a população indígena. Assim, é possível aos professores promover a valorização do mar e suas funções políticas, econômicas, sociais e culturais, bem como fomentar o exercício da cidadania podendo ser utilizado como suporte teórico e referência didática aos professores no trabalho em sala de aula, abrindo caminhos para a conscientização dos seus alunos sobre o tema da educação para as águas.

REFERÊNCIAS

- ARNAUT, Jurema Kopke; ALMEIDA, Cícero A. Fonseca (org.). *Museografia: a linguagem dos museus a serviço da sociedade e de seu patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN; OEA, 1997.
- ASSAD, Leonor. **Um Brasil bem maior cinco séculos depois**. *ComCiência* [online]. 2011, n.133.
- AVELAR, Alexandre. **Os desafios do ensino de história: problemas, teorias e métodos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- BACCI, Denise de la Corte; PATACA, Ermelinda Moutinho. **Educação para a água**. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, nº 63, 2008.
- BARROS, José Costa D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: 2004
- BERSTEIN, Serge. "Culturas políticas e historiografia". In: AZEVEDO, Cecília (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- BITTENCOURT, Armando de Senna (org). **História: Ensino Fundamental e Ensino Médio: A importância do mar na história do Brasil**. Coleção Explorando o Ensino, volume 13. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- BITTENCOURT, Armando de Senna; LOUREIRO, Marcelo José Gomes. **Patrimônio histórico, educação e consciência marítima**. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, v.132, n. 10/12, out/dez 2012, p.9-22.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Departamento do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/espaco-cultural-da-marinha>. Acesso em 12 mar. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **História: ensino fundamental**. Coordenação Margarida Maria Dias de Oliveira. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010.
- BRASIL. **Doutrina Básica da Marinha (DBM)**. 2ª Rev. – EMA – 305. Estado Maior da Armada, 08 de janeiro 2014.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARVALHO, Vinícius M. “Tecnologia, Estratégia e Guerras: o que a história não ensina?”. In: _____. **Poder Militar, Guerras e Teoria da Estratégia**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos em cooperação com o King's College London, 2019, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.

CARDOSO, Ciro FLamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Gustavo de lemos. **O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982**. Revista brasileira de Política Internacional. Vol. 42, N1. Brasília, 2009

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Celso et al. (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CEMBRA. **O Brasil e o mar no século XXI: relatório aos tomadores de decisão do país**. Rio de Janeiro: Instituto Rumo ao Mar, 2012.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Revista Eletrônica do Iphan**. Dossiê Educação Patrimonial, n 3, jan./ fev. 2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/ma.php?id=145>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 1991.

CINTRA, J.P. **O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas**. *Anais do Museu Paulista*, vol. 17, p. 63-77, São Paulo, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jr. “Parâmetros curriculares nacionais e o ensino fundamental”. In: BARRETO, E. S.de S. **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

DIRETORIA DO ENSINO DA MARINHA. **Introdução à história marítima brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FALCON, Francisco. “História e poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

FALLEIROS, Ialê. “Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a construção da nova cidadania”. In: NEVES, Lúcia Maria (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

FARIA, João Afonso Prado Maia de. A consciência situacional marítima (CSM) e a Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.18, n. 1, p. 213-229, jan/jun 2012

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Luiz Cláudio Monteiro da. **Consciência Situacional Marítima (Maritime Domain Awareness)**: as perspectivas de aplicação pelo poder naval brasileiro. Implementação de novas tecnologias visando o incremento da consciência situacional marítima nas operações de busca e salvamento da Marinha do Brasil. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2016.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **O Patrimônio Cultural na Gestão dos Espaços do Rio de Janeiro**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, abr 2016, v.29, n.57, pag 195-214.

HARTZ, Mônica de Oliveira. **O estudo da História Marítima Brasileira no Ensino Médio: desafios e soluções**. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 4, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Verbetes: Educação patrimonial. Disponível em: < EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_fas1_m.pdf (iphan.gov.br)> Acesso em 01 mai. 2022.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. **Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e acordo relativo à aplicação da parte XI da Convenção**. Tradução em Português. L 179/4. 23 jun. 1998. Disponível em: <[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:21998A0623(01))> Acesso em 14 set 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998

_____. **Democratização da Escola Pública: a Pedagogia Crítico**

Social dos Conteúdos. 15. ed., São Paulo: Loiola, 2000.

LOPES, Alice. **Conhecimento escolar**: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2000.

MALERBA, Jurandir (org.) **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006

MANUKATA, Kazumi. “Devem os livros didáticos de história ser condenados?” In: ROCHA, Helenice [et al]. **A Escrita da História Escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

MIRANDA, Sonia Regina, “A Pesquisa em Ensino de História no Brasil: potência e vicissitudes de uma comunidade disciplinar”. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Sandra (orgs). **Cartografias da Pesquisa em Ensino de História no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O Lulismo e os governos do PT: ascensão e queda”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.) **O tempo da Nova República**. O Brasil Republicano, Vol. 5. RJ: Civilização Brasileira, 2018

MOURA, Gláucia Soares de; DIAS, Paula Cristina da Costa Perez Tavares. O Novo Museu Naval. **Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Marinha, v. 6, n.11, p. 127-132, 2010.

Palestra de Frederico Brandini no Evento Conexão Oceano, realizado no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, em 03 de setembro de 2009. Disponível em: <https://www.io.usp.br/index.php/noticias/1190-o-que-seria-do-brasil-sem-o-mar-provoca-frederico-brandini.html> Acesso em 30 mai. 2022.

PINTO, Carlos Augusto. **Maritime Domain Awareness**: Convergências e Divergências com os interesses brasileiros no Atlântico Sul. 2013. 84 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

REIS, Daniel Aarão (coord.) **Modernização, Ditadura e Democracia**, 1964-2010. História do Brasil Nação, vol. 5. RJ: Objetiva, 2014.

RODRIGUES, Carlos Calero. O problema do mar territorial. Revista Brasileira de Política Internacional. n. 49/50, 1970, p. 118-130.

SANCHES, Marcos. **A guerra**: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. Revista Brasileira de História Militar, ano I, n. 1, abr 2010, pp. 22-41.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008, p.22-24.

SILVA, Alexandre Pereira. “O artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e o papel da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC)”. In: MENEZES, Wagner (org). **Direito Internacional em expansão**: anais do 10º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, vol. 1. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. “Nova História Militar”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SOUZA, Jairo Marcondes de. **Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?**. *Revista Brasileira de Geofísica*. Vol. 17, n. 1, pp. 79–82, 1999. Acesso em 08 set. 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A nova dimensão do Direito Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

VIDIGAL, Armando Amorim (org). **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WELLAUSEN, Saly da Silva. **Terrorismo e os atentados de 11 de setembro**. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 14(2), p.83-112, out. 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-20702002000200005>> Acesso em: 22 mai. 2022.

WIESEBR, Marianne. **Amazônia Azul: pensando a defesa do território marítimo brasileiro**. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.2, n.3, p.107-113, jan a jul 2013.